

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília Março/2015



MINISTRO DA FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira Eduardo Coutinho Guerra Gilvan da Silva Dantas Líscio Fábio de Brasil Camargo Marcus Pereira Aucélio Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Alex Pereira Benício

EQUIPE

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha Erika Medeiros de Siqueira Fernando Cardoso Ferraz Gabriel Gdalevici Junqueira Jailison Weilly Silveira Leandro de Lima Galvão

Arte

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203 Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134 70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

 $Resultado\ do\ Tesouro\ Nacional\ .-v.\ 20, n.\ 12\ (dezembro\ 2014).-Brasília:\ STN,\ 1995_.$

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional. ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas — Periódicos. 2. Receita pública — Periódicos. 3. Despesa pública — Periódicos. 1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005



Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central	5
Receitas do Tesouro Nacional	8
Transferências do Tesouro Nacional1	2
Despesas do Tesouro Nacional1	5
Previdência Social2	1
Dívida Líquida do Tesouro Nacional	5
Dívida Interna Líquida2	6
Dívida Externa Líquida2	9
Lista de Tabelas	
Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal	.5
Tabela 2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano	6
Tabela 3 - Resultado do Governo Central - % PIB.	7
Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal	8.
Tabela 5 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano1	0
Tabela 6 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB	1
Tabela 7 - Dividendos - Resultado Acumulado no Ano	1
Tabela 8 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal1	2
Tabela 9 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano1	3
Tabela 10 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB	4
Tabela 11 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal	5
Tabela 12 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal1	6
Tabela 13 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado	7
Tabela 14 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano1	8
Tabela 15 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulad no Ano	
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano2	0
Tabela 17 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB	0



Tabela 18 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal	21
Tabela 19 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano	22
Tabela 20 - Resultado da Previdência Social - % PIB	23
Tabela 21 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social	24
Tabela 22 - Divida Líquida do Tesouro Nacional	25
Tabela 23 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional	26
Tabela 24 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional	26
Tabela 25 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional	27
Tabela 26 - Haveres Internos do Tesouro Nacional	28
Tabela 27 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional	29
Tabela 28 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional	29

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central	7
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central	7
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal	9
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano	10
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais	12
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal	16
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal	16
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano	18
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano	18
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar	19
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência	22
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional	25



Resultado Fiscal do Governo Central

Em fevereiro de 2015, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 7,4 bilhões, contra superávit R\$ 10,4 bilhões em janeiro de 2015. O Tesouro Nacional registrou déficit de R\$ 1,5 bilhão; a Previdência Social (RGPS) déficit de R\$ 5,9 bilhões e o Banco Central superávit de R\$ 22,2 milhões.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central ¹ - Brasil - 2014/2015						
2014	2014 2015		Variaçã	io (%)		
2017		2013		Fev/15		
Fev	Jan	Fev	Jan/15	Fev/14		
87.045,62	125.425,1	91.820,4	-26,8%	5,5%		
61.510,1	99.401,1	64.548,5	-35,1%	4,9%		
25.318,4	25.916,2	26.989,6	4,1%	6,6%		
217,2	107,8	282,4	162,0%	30,0%		
21.770,90	22.489,3	21.438,3	-4,7%	-1,5%		
65.274,72	102.935,7	70.382,1	-31,6%	7,8%		
68.391,23	92.484,5	77.739,9	-15,9%	13,7%		
40.251,3	60.668,4	44.614,7	-26,5%	10,8%		
27.898,6	31.567,8	32.865,0	4,1%	17,8%		
241,3	248,3	260,1	4,8%	7,8%		
0,00	0,00	0,00	-	-		
-3.116,5	10.451,2	-7.357,8	-	136,1%		
-512,2	16.243,3	-1.504,6	-	193,8%		
-2.580,2	-5.651,6	-5.875,4	4,0%	127,7%		
-24,1	-140,5	22,2	-	-		
	2014 Fev 87.045,62 61.510,1 25.318,4 217,2 21.770,90 65.274,72 68.391,23 40.251,3 27.898,6 241,3 0,00 -3.116,5 -512,2 -2.580,2	2014 20' Fev Jan 87.045,62 125.425,1 61.510,1 99.401,1 25.318,4 25.916,2 217,2 107,8 21.770,90 22.489,3 65.274,72 102.935,7 68.391,23 92.484,5 40.251,3 60.668,4 27.898,6 31.567,8 241,3 248,3 0,00 0,00 -3.116,5 10.451,2 -512,2 16.243,3 -2.580,2 -5.651,6	Fev Jan Fev 87.045,62 125.425,1 91.820,4 61.510,1 99.401,1 64.548,5 25.318,4 25.916,2 26.989,6 217,2 107,8 282,4 21.770,90 22.489,3 21.438,3 65.274,72 102.935,7 70.382,1 68.391,23 92.484,5 77.739,9 40.251,3 60.668,4 44.614,7 27.898,6 31.567,8 32.865,0 241,3 248,3 260,1 0,00 0,00 0,00 -3.116,5 10.451,2 -7.357,8 -512,2 16.243,3 -1.504,6 -2.580,2 -5.651,6 -5.875,4	Variaçã Fev Jan Fev Jan/15 87.045,62 125.425,1 91.820,4 -26,8% 61.510,1 99.401,1 64.548,5 -35,1% 25.318,4 25.916,2 26.989,6 4,1% 217,2 107,8 282,4 162,0% 21.770,90 22.489,3 21.438,3 -4,7% 65.274,72 102.935,7 70.382,1 -31,6% 68.391,23 92.484,5 77.739,9 -15,9% 40.251,3 60.668,4 44.614,7 -26,5% 27.898,6 31.567,8 32.865,0 4,1% 241,3 248,3 260,1 4,8% 0,00 0,00 0,00 - -3.116,5 10.451,2 -7.357,8 - -512,2 16.243,3 -1.504,6 - -2.580,2 -5.651,6 -5.875,4 4,0%		

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração

As receitas do Governo Central diminuíram R\$ 33,6 bilhões (26,8%), passando de R\$ 125,4 bilhões em janeiro de 2015 para R\$ 91,8 bilhões em fevereiro de 2015 em função, principalmente, do recebimento sazonal em janeiro da 1ª ou única cota do IRPJ e da CSLL referente ao resultado do último trimestre de 2014 e da antecipação de recolhimento, em janeiro de 2015, do ajuste anual desses tributos referente ao lucro obtido no ano anterior.

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (4,7%). Este resultado decorre principalmente da

O resultado primário do Governo Central, em fevereiro de 2015, foi deficitário em R\$ 7,4 bilhões, contra superávit R\$ 10,5 bilhões registrado no mês anterior.

^{1.} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2.} Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

^{3.} Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).



diminuição das transferências associadas ao Fundeb, passando de R\$ 2,9 bilhões em janeiro para R\$ 773,1 milhões em fevereiro de 2015 (Portarias Interministeriais n°19/2013 e n°17/2014), parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 1,6 bilhão (129,6%) nas transferências de royalties.

As despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de R\$ 14,7 bilhões (26,5%) no comparativo entre janeiro e fevereiro de 2015. Esse resultado reflete o decréscimo de R\$ 16,1 bilhões (26,5%) nas despesas do Tesouro Nacional e o aumento de R\$ 1,3 bilhão (4,1%) nas despesas da Previdência Social.

Na comparação com valores de fevereiro de 2014, o resultado primário do Governo Central decresceu R\$ 4,2 bilhões, passando de um déficit de R\$ 3,1 bilhões em 2014 para R\$ 7,4 bilhões em 2015. As receitas apresentaram aumento de R\$ 4,8 bilhões (5,5%) e as despesas cresceram R\$ 9,3 bilhões (13,7%) quando comparadas a fevereiro do ano anterior.

R\$ Milhões

Tabela 2 - Resultado Primário do Governo Central ¹ - Brasil - 2014/2015					
Dissulminação do Docultado	Jan-Fev				
Discriminação do Resultado	2014	2015	Variação (%)		
I. RECEITA TOTAL	212.107,3	217.245,5	2,4%		
Receitas do Tesouro	161.721,6	163.949,6	1,4%		
Receitas da Previdência Social	49.848,2	52.905,8	6,1%		
Receitas do Banco Central	537,5	390,1	-27,4%		
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	43.766,3	43.927,6	0,4%		
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	168.341,1	173.317,8	3,0%		
IV. DESPESA TOTAL	158.421,3	170.224,4	7,5%		
Despesas do Tesouro	100.923,4	105.283,2	4,3%		
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	57.023,7	64.432,8	13,0%		
Despesas do Banco Central	474,2	508,4	7,2%		
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ²	0,0	0,0	-		
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	9.919,8	3.093,4	-68,8%		
Tesouro Nacional	17.032,0	14.738,8	-13,5%		
Previdência Social (RGPS)	-7.175,5	-11.527,0	60,6%		
Banco Central ³	63,3	-118,3	-		
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,22%	0,36%			

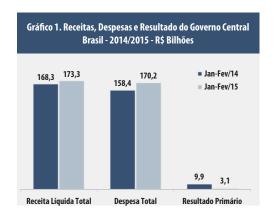
Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Comparativamente ao acumulado até fevereiro de 2014, houve decréscimo de R\$ 6,8 bilhões (68,8%) no resultado primário do Governo Central, passando de um de superávit de R\$ 9,9 bilhões em 2014 para R\$ 3,1 bilhões em 2015.

As receitas do Governo Central apresentaram aumento de R\$ 5,1 bilhões (2,4%) em relação ao acumulado até fevereiro de 2014. Desse montante destaca-se o crescimento de R\$ 4,6 bilhões (6,0%) em receitas de impostos e de R\$ 2,7 bilhões (4,3%) em receitas de contribuições parcialmente compensado pela redução de R\$ 3,4 bilhões (15,3%) nas demais receitas.

A receita do Governo Central apresentou decréscimo real de 4,6% em relação ao 1º bimestre de 2014, enquanto a despesa do Governo Central permaneceu constante em termos reais para o mesmo período.







As despesas do Governo Central cresceram R\$ 11,8 bilhões (7,5%), destacando-se os incrementos de R\$ 7,4 bilhões (13,0%) nas despesas da Previdência Social e de R\$ 2,6 bilhões (4,0%) nas despesas de Custeio e Capital.

% PIB

Tabela 3 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2014/2015					
Discriminação	Jan-Fev				
	2014 2015				
GOVERNO CENTRAL	1,22%	0,36%			
Tesouro Nacional	2,10%	1,72%			
Previdência Social	-0,89%	-1,35%			
Banco Central	0,01%	-0,01%			

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.



Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central ¹ - Brasil - 2014/2015						
	2014	20	15	Variaçã	io (%)	
Discriminação do Resultado	Fou	lan	Four	Fev/15	Fev/15	
	Fev	Jan	Fev	Jan/15	Fev/14	
I. RECEITA TOTAL	87.045,6	125.425,1	91.820,4	-26,8%	5,5%	
I.1. Receitas do Tesouro	61.510,1	99.401,1	64.548,5	-35,1%	4,9%	
Receita Bruta ²	62.371,9	101.257,3	65.751,8	-35,1%	5,4%	
Impostos	27.470,3	51.164,1	31.277,0	-38,9%	13,9%	
IR	18.328,7	39.929,4	21.959,6	-45,0%	19,8%	
IPI	3.566,5	5.420,9	3.487,4	-35,7%	-2,2%	
Outros	5.575,1	5.813,7	5.830,0	0,3%	4,6%	
Contribuições	25.531,4	38.268,5	27.655,5	-27,7%	8,3%	
Cofins	15.336,5	18.099,1	15.921,2	-12,0%	3,8%	
CSLL	3.612,5	11.378,7	4.912,1	-56,8%	36,0%	
Pis/Pasep	4.200,9	4.922,7	4.379,3	-11,0%	4,2%	
Cide-Combustíveis	0,7	0,5	0,5	4,9%	-34,8%	
Outras	2.380,8	3.867,6	2.442,5	-36,8%	2,6%	
Demais	9.370,2	11.824,6	6.819,3	-42,3%	-27,2%	
Cota parte de compensações financeiras	1.960,0	4.725,8	1.194,4	-74,7%	-39,1%	
Diretamente arrecadadas	3.008,5	4.236,9	3.221,3	-24,0%	7,1%	
Concessões	13,6	301,8	58,0	-80,8%	327,9%	
Dividendos	2.892,1	0,0	132,9	-	-95,4%	
Outras	1.496,1	2.560,2	2.212,7	-13,6%	47,9%	
(-) Restituições	-861,8	-1.856,1	-1.203,4	-35,2%	39,6%	
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-	
I.2. Receitas da Previdência Social ³	25.318,4	25.916,2	26.989,6	4,1%	6,6%	
Receitas da Previdência Social - Urbano	24.846,2	25.424,1	26.527,4	4,3%	6,8%	
Receitas da Previdência Social - Rural	472,2	492,1	462,2	-6,1%	-2,1%	
I.3. Receitas do Banco Central	217,2	107,8	282,4	162,0%	30,0%	

Fonte: Tesouro Nacional

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R\$ 35,5 bilhões (35,1%), passando de R\$ 101,3 bilhões, em janeiro de 2015, para R\$ 65,8 bilhões em fevereiro de 2015. Este comportamento é explicado principalmente pela diminuição de: (i) R\$ 19,9 bilhões (38,9%) na arrecadação de impostos;

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

^{1.} Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2.} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{3.} Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.



(ii) R\$ 10,6 bilhões (27,7%) na arrecadação de contribuições; e (iii) R\$ 5,0 bilhões (42,3%) no ingresso de demais receitas.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 31,3 bilhões e as de contribuições R\$ 27,7 bilhões, apresentando em seu conjunto um decréscimo de R\$ 30,5 bilhões (34,1%) em relação aos valores apurados em janeiro de 2015. Essa evolução decorreu sobretudo da diminuição de R\$ 18,0 bilhões (45,0%) na

arrecadação do IR e de R\$ 6,5 bilhões (56,8%) na arrecadação da CSLL em função do recolhimento, em janeiro de 2015, da 1ª ou única cota do IRPJ e da CSLL relativo ao resultado do último trimestre de 2014 e da antecipação do ajuste anual do IRPJ/CSLL referente ao lucro obtido no ano anterior.



As demais receitas do Tesouro Nacional registraram redução de R\$ 5,0 bilhões (42,3%), principalmente devido a:

i) decréscimo de R\$ 3,5 bilhões (74,7%) na receita de cota parte de compensações financeiras em função da arrecadação trimestral, em janeiro, da participação especial relativa à exploração de petróleo e gás natural; e

ii) redução de R\$ 1,0 bilhão (24,0%) nas receitas diretamente arrecadadas sobretudo em função de receitas vinculadas ao Seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre).

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou, em fevereiro de 2015, crescimento de R\$ 3,4 bilhões (5,4%) em relação a fevereiro de 2014. Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram:

i) acréscimo de R\$ 3,8 bilhões (13,9%) na receita de arrecadação de impostos, sobretudo no Imposto de Renda (R\$ 3,6 bilhões) e aumento de R\$ 1,3 bilhão (36,0%) nas receitas de CSLL influenciados, sobretudo, por recolhimentos extraordinários de IRPJ e CSLL, da ordem de R\$ 3,5 bilhões, decorrentes da transferência de ativos entre empresas;

ii) redução de R\$ 2,8 bilhões (95,4%) nas receitas de dividendos em função, sobretudo, dos recebimentos de R\$ 2,0 bilhões do BNDES e de R\$ 700,0 milhões da Caixa Econômica Federal em fevereiro de 2014; e

iii) redução da cota parte de compensações financeiras de R\$ 765,5 milhões (39,1%), explicados pelos fatores determinantes da base de incidência do tributo, dentre eles o preço internacional do petróleo.

A Receita do Governo Central apresentou decréscimo de R\$ 35,6 bilhões (26,8%) relativamente ao mês anterior. Essa redução é explicada principalmente por recolhimentos sazonalmente concentrados naquele mês.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de 5,4% em relação a fevereiro de 2014. Em termos reais houve redução de 2,1%.



Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

R\$ Milhões

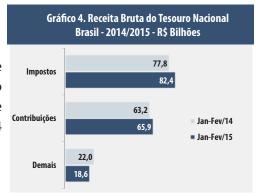
No 1º bimestre, a
Receita do Governo
Central apresentou
elevação nominal de
R\$ 5,1 bilhões (2,4%)
relativamente ao ano
anterior. Em termos
reais, houve redução
de 4,6%. Excluindo-
se a arrecadação
extraordinária de
R\$ 4,6 bilhões que
ocorreu em fevereiro de
2015, a variação real
seria uma redução de
6,6%.

Tabela 5 - Receitas Primárias do Governo Central ¹ - Brasil - 2014/2015						
Discriminação do Resultado	Jan-	Fev	Variação (%)			
Distriminação do Resultado	2014	2015	variação (70)			
I. RECEITA TOTAL	212.107,3	217.245,5	2,4%			
I.1. Receitas do Tesouro	161.721,6	163.949,6	1,4%			
Receita Bruta ²	162.990,3	167.009,1	2,5%			
Impostos	77.807,5	82.441,1	6,0%			
IR	58.068,9	61.889,0	6,6%			
IPI	8.542,6	8.908,3	4,3%			
Outros	11.196,0	11.643,7	4,0%			
Contribuições	63.183,4	65.924,1	4,3%			
Cofins	32.909,5	34.020,3	3,4%			
CSLL	15.281,5	16.290,8	6,6%			
Pis/Pasep	9.027,5	9.302,0	3,0%			
Cide-Combustíveis	1,5	0,9	-37,4%			
Outras	5.963,5	6.310,1	5,8%			
Demais	21.999,4	18.643,9	-15,3%			
Cota parte de compensações financeiras	8.301,5	5.920,2	-28,7%			
Diretamente arrecadadas	6.932,6	7.458,1	7,6%			
Concessões	754,8	359,8	-52,3%			
Dividendos	2.892,1	132,9	-95,4%			
Outras	3.118,5	4.772,9	53,1%			
(-) Restituições	-1.267,1	-3.059,5	141,5%			
(-) Incentivos Fiscais	-1,6	0,0	-100,0%			
I.2. Receitas da Previdência Social ³	49.848,2	52.905,8	6,1%			
Receitas da Previdência Social - Urbano	48.924,4	51.951,6	6,2%			
Receitas da Previdência Social - Rural	923,8	954,2	3,3%			
I.3. Receitas do Banco Central	537,5	390,1	-27,4%			

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Na comparação com o exercício de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 4,0 bilhões (2,5%), passando de R\$ 163,0

bilhões para R\$ 167,0 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida ao aumento de R\$ 4,6 bilhões (6,0%) na arrecadação de impostos e de R\$ 2,7 bilhões (4,3%) na arrecadação de contribuições, parcialmente compensados pela diminuição em R\$ 3,4 bilhões (15,3%) na demais receitas.



Em relação ao PIB, os impostos em 2015 apresentaram elevação equivalente a 0,02 p.p. do PIB, explicado principalmente pela arrecadação extraordinária decorrente da transferência de ativos entre empresas.



% PIR

	Jan -			
Dicariminação	Jan -Fev			
Discriminação	2014	2015		
RECEITA BRUTA ¹	20,12%	19,52%		
Impostos	9,61%	9,63%		
IR	7,17%	7,23%		
IPI	1,05%	1,04%		
Outros	1,38%	1,36%		
Contribuições	7,80%	7,70%		
Cofins	4,06%	3,98%		
CSLL	1,89%	1,90%		
Pis/Pasep	1,11%	1,09%		
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%		
Outras	0,74%	0,74%		
Demais	2,72%	2,18%		
Cota parte de compensações financeiras	1,02%	0,69%		
Diretamente arrecadadas	0,86%	0,87%		
Concessões	0,09%	0,04%		
Dividendos	0,36%	0,02%		
Outras	0,39%	0,56%		

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) elevação de R\$ 3,8 bilhões (6,6%) na arrecadação IRRF, com sobretudo no âmbito do IRRF - Rendimentos do Trabalho explicado pelo crescimento da massa salarial (aumento real de 7,6%), e do IRRF -Rendimentos do Capital;

ii) aumento de R\$ 1,1 bilhão (3,4%) na arrecadação de Cofins, fruto arrecadação, em fevereiro de 2015, extraordinária, no valor de cerca de R\$ 1.1 bilhão em decorrência de transferência de ativos entre empresas.

R\$ Milhões

A contribuições reduziram o equivalente a 0,10 p.p. do PIB, principalmente pelo impacto do decréscimo real no volume de vendas e de importação na Cofins.

Contudo em termos reais houve redução de 3,7%; e

iii) acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (crescimento nominal de 4,3%) em IRPJ e de R\$ 1,0 bilhão (crescimento nominal de 6,6%) na arrecadação de CSLL. Em termos reais, o IRPJ e a CSLL tiveram redução de 2,9% e 0,7%, respectivamente. Esse comportamento é explicado pela combinação da redução na arrecadação relativa

ao ajuste anual e estimativa mensal e da arrecadação extraordinária de cerca de R\$ 3,5 bilhões advinda da transferência de ativos entre empresas.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou redução de R\$ 3,4 bilhões (15,3%), em relação ao acumulado entre janeiro e fevereiro de 2014, devido:

i) redução de R\$ 2,8 bilhões (95,4%) nas receitas de dividendos, devido aos recebimentos em 2014 do BNDES e da CEF sem correspondência em 2015; e

ii) redução de R\$ 2,4 bilhões (28,7%) nas receitas de Cota parte de compensações financeiras explicado

especial o preço internacional do petróleo.

Tabela 7 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2014/2015 Jan - Fev Discriminação 2015 2014 Banco do Brasil 192,1 132,9 BNB 0,0 0,0 **BNDES** 2.000,0 0,0 Caixa 700,0 0,0 Correios 0.0 0,0 Eletrobras 0,0 0,0 IRB 0.0 0.0 0,0 Petrobras 0.0 0,0 Demais 0.0 Total 2.892,1 132,9 Fonte: Tesouro Nacional

pelo comportamento dos fatores determinantes da base de cáculo do tributo, em

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

As demais receitas reduziram-se o equivalente a 0,54 p.p. do PIB, explicadas principalmente pelo recolhimento de dividendos em 2014 sem correspondência em 2015 e pelo impacto na cota parte da redução do preço do petróleo.



Transferências doTesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 8 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015						
	2014	20	15	Variaç	ã o %	
Discriminação do Resultado	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15	Fev/15	
	Tevereno	Janeno	Tevereno	Jan/15	Fev/14	
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	21.770,9	22.489,3	21.438,3	-4,7%	-1,5%	
Transferências Constitucionais	17.047,6	16.509,4	16.297,4	-1,3%	-4,4%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	162,5	0,0	0,0	-	-	
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	2,2	5,6	1,49	-	
Demais Transferências	4.560,8	5.977,7	5.135,3	-14,1%	12,6%	
Salário Educação	0,0	1.811,9	1.567,5	-13,5%	-	
Royalties	2.853,5	1.198,5	2.751,6	129,6%	-3,6%	
Fundef/Fundeb	1.670,8	2.911,3	773,1	-73,4%	-53,7%	
Outras	36,6	56,0	43,2	-22,8%	18,2%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Transferências do Tesouro Nacional

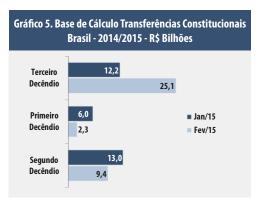
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em fevereiro de 2015, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram redução de R\$ 1,1 bilhão (4,7%), totalizando R\$ 21,4 bilhões, contra R\$ 22,5 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

- i) do decréscimo de R\$ 2,1 bilhões (73,4%) nas transferências relacionadas ao Fundef/Fundeb, de acordo com o calendário de execução estabelecido pelas Portarias Interministeriais MEC/MF nº 19/2013 e nº17/2014;
 - ii) da redução de R\$ 244,5 milhões (13,5%) no salário educação; e

iii) da elevação de R\$ 1,6 bilhão (129,6%) nas transferências de royalties

de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.



As transferências a
Estados e Municípios
apresentaram redução
de R\$ 1,1 bilhão
(4,7%) em fevereiro
de 2015, frente a
janeiro refletindo,
sobretudo, o decréscimo
nas transferências
relacionadas ao
Fundeb.



Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Em relação a fevereiro de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, redução de R\$ 332,6 milhões (1,5%), passando de R\$ 21,8 bilhões em fevereiro 2014 para R\$ 21,4 bilhões em fevereiro 2015. As principais variações no período foram:

i) redução de R\$ 897,7 milhões (53,7%) nas transferências relacionadas ao Fundef/Fundeb de acordo com o calendário de execução estabelecido na legislação atinente;

ii) decréscimo de R\$ 750,2 milhões (4,4%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outras), reflexo da variação de arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI); e

iii) aumento de R\$ 1,6 bilhão no salário educação.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

relação Em acumulado de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 161,4 milhões (0,4%), elevando-se de R\$ 43,8 bilhões em 2014 para R\$ 43,9 bilhões em 2015. As principais variações no período foram:

i) aumento de R\$ 1,7 bilhão (107,1%) nas transferências associadas ao Obs.: Dados sujeitos a alteração. salário educação;

Tabela 9 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015						
Discriminação do Resultado	Jan-	Variação %				
Discrillillação do nesultado	2014	2015	Vallação 70			
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	43.766,3	43.927,6	0,4%			
Transferências Constitucionais	33.098,4	32.806,8	-0,9%			
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	2.275,0	0,0	-100,0%			
Transferências da Cide - Combustíveis	116,1	7,8	-93,2%			
Demais Transferências	8.276,7	11.113,0	34,3%			
Salário Educação	1.631,6	3.379,4	107,1%			
Royalties	4.192,8	3.950,1	-5,8%			
Fundef/Fundeb	2.353,7	3.684,4	56,5%			
Outras Fonte: Tesouro Nacional	98,6	99,2	0,6%			

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Comple mentar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

ii) elevação de R\$ 1,3

bilhão (56,5%) nas transferências relacionadas ao Fundeb; e

iii) redução de R\$ 2,7 bilhões relativos à Lei Complementar nº 115/2002, dos quais R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), ocorrido em janeiro de 2014 sem evento correspondente em igual período de 2015. Cumpre destacar que a execução dessa rubrica é condicionada à aprovação da LOA 2015.

Em relação ao acumulado de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 161,4 milhões (0,4%), influenciadas, principalmente, pelo aumento nas transferências associadas ao salário educação.

R\$ Milhões



% PIB

Tabela 10 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015							
Dismiminass	Jan -Fev						
Discriminação -	2014	2015					
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	5,40%	5,13%					
Transferências Constitucionais	4,09%	3,83%					
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,28%	0,00%					
Transferências da Cide - Combustíveis	0,01%	0,00%					
Demais Transferências ²	1,02%	1,30%					

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006) e da MP nº 629/2013.

^{2.} Inclui valores referentes ao auxílio financeiro aos Municípios, nos termos da Lei nº 12.859/2013.



Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 11 - Despesas Primárias do Governo Central ¹ - Brasil - 2014/2015								
	2014	20	15	Variação %				
Discriminação do Resultado	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15	Fev/15			
	revelello	Janeno	revelello	Jan/15	Fev/14			
I. DESPESA TOTAL	68.391,2	92.484,5	77.739,9	-15,9%	13,7%			
I.1. Despesas do Tesouro	40.251,3	60.668,4	44.614,7	-26,5%	10,8%			
Pessoal e Encargos Sociais ²	16.468,9	20.065,8	17.555,5	-12,5%	6,6%			
Custeio e Capital	23.605,3	40.540,8	26.842,3	-33,8%	13,7%			
Despesa do FAT	1.471,3	4.773,0	2.509,9	-47,4%	70,6%			
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	222,8	1.085,5	1.228,1	13,1%	451,2%			
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	2.717,02	3.436,0	3.503,6	2,0%	29,0%			
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-			
Auxílio à CDE	363,1	1.250,0	0,0	-	-			
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.831,1	29.996,2	19.600,7	-34,7%	4,1%			
Outras Despesas de Custeio	14.817,1	22.309,1	16.091,7	-27,9%	8,6%			
Outras Despesas de Capital ⁵	4.014,0	7.687,1	3.509,0	-54,4%	-12,6%			
Transferência do Tesouro ao Banco Central	177,1	61,9	216,9	250,6%	22,4%			
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	27.898,6	31.567,8	32.865,0	4,1%	17,8%			
Benefícios Previdenciários - Urbano	21.983,6	24.363,6	25.446,5	4,4%	15,8%			
Benefícios Previdenciários - Rural	5.915,0	7.204,2	7.418,5	3,0%	25,4%			
I.3. Despesas do Banco Central	241,3	248,3	260,1	4,8%	7,8%			

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em fevereiro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 44,6 bilhões, representando uma redução de R\$ 16,1 bilhões (26,5%) em relação a janeiro de 2015. Esse comportamento é explicado pela redução de R\$ 13,7 bilhões (33,8%) nas despesas de Custeio e Capital e pelo decréscimo de R\$ 2,5 bilhões (12,5%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Na direção contrária, houve elevação de R\$ 1,3 bilhão (4,1%) nas despesas da Previdência Social.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

Em fevereiro, a despesa do Governo Central apresentou uma redução de R\$ 14,7 bilhões (15,9%) em relação ao mês anterior explicada, principalmente, pelo decréscimo nos gastos discricionários.

^{1.} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2.} Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

^{3.} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

^{4.} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.



Em relação a janeiro, as despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram-se R\$ 2,5 bilhões (12,5%) em função do pagamento sazonal de férias e de parte de gratificação natalina.





- i) redução de R\$ 10,4 bilhões (34,7%) no item Outras Despesas de Custeio e Capital, devido, principalmente, a redução de R\$ 8,1 bilhões (38,3%) em despesas discricionárias e de R\$ 2,0 bilhões (42,4%) em despesas do PAC;
 - ii) redução de R\$ 2,3 bilhões (47,4%) nas despesas do FAT; e
- iii) redução de R\$ 1,3 bilhão relativo ao auxílio à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 17,6 bilhões no mês frente a R\$ 20,1 bilhões no mês anterior. Este decréscimo foi devido, sobretudo, ao pagamento sazonal das férias do funcionalismo federal e de parte da primeira gratificação natalina (13° salário) em janeiro.

R\$ Milhões

Tabela 12 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015								
	2014	20	15	Varia	ção %			
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15	Fev/15			
	revereno	Janeno	reveiello	Jan/15	Fev/14			
Precatórios e Sentenças	18,4	271,4	69,4	-74,4%	278,0%			
Legislativo	136,9	130,7	118,9	-9,0%	-13,1%			
Judiciário	591,9	567,5	676,2	19,1%	14,2%			
Crédito Extraordinário 1	441,7	193,0	87,0	-54,9%	-80,3%			
PAC ²	3.832,0	4.738,5	2.729,9	-42,4%	-28,8%			
d/q MCMV	1.354,5	1.861,8	892,1	-52,1%	-34,1%			
Fundo Constitucional DF	119,0	734,3	604,4	-17,7%	408,1%			
Outras ³	120,6	604,5	661,9	9,5%	448,9%			
Compensação RGPS ⁴	984,5	1.675,0	1.644,6	-1,8%	67,1%			
Discricionárias	12.586,2	21.081,3	13.008,3	-38,3%	3,4%			
Min. da Saúde	6.746,8	9.673,5	5.530,3	-42,8%	-18,0%			
Min. do Des. Social	1.711,9	2.789,5	2.300,3	-17,5%	34,4%			
Min. da Educação	1.786,1	3.365,9	2.563,2	-23,8%	43,5%			
Demais	2.341,4	5.252,4	2.614,5	-50,2%	11,7%			
Total	18.831,1	29.996,2	19.600,7	-34,7%	4,1%			

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- 1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
- 2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
- 3. Inclui subvenções econômicas, beneficios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
- 4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Em relação a fevereiro de 2014, houve um aumento de R\$ 4,4 bilhões (13,7%) nas despesas do Tesouro Nacional. Esta variação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 3,2 bilhões (13,7%) nas despesas de Custeio e Capital, de R\$ 1,1 bilhão (6,6%) nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

A variação nas despesas de custeio e capital, em relação ao mesmo mês do ano anterior, deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

- i) elevação de R\$ 1,0 bilhão (70,6%) nas despesas do FAT;
- ii) aumento de R\$ 1,0 bilhão (451,2%) em despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas; e
- iii) elevação de R\$ 786,6 milhões (29,0%) em despesas de Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV).

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas Tesouro Nacional apresentaram aumento bilhões de R\$ 4,4 (4,3%) em relação ao acumulado até fevereiro 2014, destacandose aumento R\$ 2,6 bilhões (4,0%) nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 2,0 bilhões (5,5%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

O aumento observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao primeiro bimestre de 2014, pode ser explicado por:

Tabela 13 - Despesas Primárias do Governo Central ¹ - Brasil - 2014/2015 Jan-Fev Variação % Discriminação do Resultado 2014 2015 I. DESPESA TOTAL 170.224,4 158.421,3 7.5% I.1. Despesas do Tesouro 100.923,4 105.283,2 4,3% Pessoal e Encargos Sociais² 35.666,3 37.621,3 5,5% Custeio e Capital 64.797,2 67.383.1 4,0% Despesa do FAT 7.282,9 2,1% 7.135.0 Subsídios e Subvenções Econômicas ³ 1.424,3 2.313.6 62,4% Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴ 5.818,44 6.939,7 19,3% Capitalização da Petrobras 0,0 0,0 Auxílio à CDE 1.250,0 1.051,8 18.8% 49.596,9 Outras Despesas de Custeio e Capital 49.367,5 0.5% Outras Despesas de Custeio 34.240,7 38.400,8 12.1% Outras Despesas de Capital 5 15.126,9 11.196,0 -26.0% Transferência do Tesouro ao Banco Central 459.9 278.8 -39.4% I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) 57.023,7 64.432,8 13.0% Benefícios Previdenciários - Urbano 44.490,3 49.810,2 12,0% 14.622.6 Renefícios Previdenciários - Rural 12.533,4 16,7% 474,2 508,4 7,2% 1.3. Despesas do Banco Central

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração. Em comparação a fevereiro de 2014, as despesas de Custeio e Capital diminuiram R\$ 3,2 bilhões (13,7%).

Em comparação ao acumulado de 2014, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais aumentam R\$ 2,0 bilhões (5,5%).

R\$ Milhões



- i) incremento de R\$ 1,4 bilhão (70,0%) em compensação ao RGPS, devido ao aumento dos setores beneficiados pela desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013);
- ii) elevação de R\$ 1,1 bilhão (19,3%) em Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV); e
- iii) aumento de R\$ 889,3 milhões (62,4%) em gastos com subsídios e subvenções econômicas.





R\$ Milhões

Tabela 14 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015						
Dia minaina alla	Jan-	Jan-Fev				
Discriminação	2014	2015	Variação %			
Precatórios e Sentenças	70,1	340,8	386,1%			
Legislativo	275,2	249,6	-9,3%			
Judiciário	1.169,0	1.243,8	6,4%			
Crédito Extraordinário 1	1.004,2	280,0	-72,1%			
PAC ²	11.065,6	7.469,8	-32,5%			
d/q MCMV	3.595,9	2.753,8	-23,4%			
Fundo Constitucional DF	195,4	1.338,7	585,2%			
Outras ³	291,9	1.266,3	333,8%			
Compensação RGPS ⁴	1.952,8	3.319,7	70,0%			
Discricionárias	33.343,3	34.088,2	2,2%			
Min. da Saúde	14.815,5	15.203,8	2,6%			
Min. do Des. Social	4.761,7	5.089,8	6,9%			
Min. da Educação	5.657,6	5.929,1	4,8%			
Demais	8.108,5	7.865,6	-3,0%			
Total	49.367,5	49.596,9	0,5%			

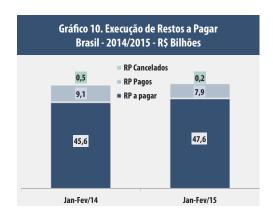
Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- 1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
- 2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.
- 3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
- 4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



O montante de restos a pagar (RP) pagos até fevereiro de 2015, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 7,9 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 1,9 bilhão) e Educação (R\$ 2,1 bilhões).



R\$ Milhões

Tabela 15 - Subsídios e Subvenções Econômicas Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2014/2015				
Disminster of	Jan	-Fev		
Discriminação	2014	2015		
Agricultura	522,0	514,6		
Custeio Agropecuário	19,8	82,4		
Investimento Rural	2,0	13,2		
Preços Agrícolas	187,6	38,1		
EGF	0,1	0,0		
AGF	172,5	18,1		
Sustent. de preços	15,0	20,0		
Pronaf	29,0	125,8		
Pesa	272,9	221,6		
Álcool	0,0	24,7		
Cacau	0,0	0,0		
Fundo da Terra/Incra	-14,7	-10,4		
FUNCAFÉ	25,3	17,9		
Revitaliza	0,0	1,2		
Outros	79,1	658,7		
PSI	16,0	90,7		
Op. Microcredito (EQMPO)	12,5	262,4		
Op. Microcredito (EQPCD)	0,0	2,9		
FND	0,0	0,0		
FSA	0,0	0,0		
Exportação (Proex)	0,5	102,7		
Itaipu ¹	50,1	200,0		
Capitalização à EMGEA	0,0	0,0		
Total	601,1	1.173,3		

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.



R\$ Milhões

						II WIIIIIOC3			
	Tabela 16- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano Brasil - 2008/2015								
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	ldosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior			
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%			
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%			
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%			
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%			
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%			
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%			
média 2014	4.053.605,1	4,8%	1.852.351,9	3,6%	2.201.253,2	5,7%			
Fev/08	2.709.363,5	8,6%	1.309.431,5	9,7%	1.399.932,0	7,6%			
Fev/09	2.961.812,5	9,3%	1.437.536,0	9,8%	1.524.276,5	8,9%			
Fev/10	3.190.763,0	7,7%	1.548.937,0	7,7%	1.641.826,0	7,7%			
Fev/11	3.423.568,5	7,3%	1.630.769,0	5,3%	1.792.799,5	9,2%			
Fev/12	3.610.982,5	5,5%	1.692.971,5	3,8%	1.918.011,0	7,0%			
Fev/13	3.787.793,0	4,9%	1.755.447,5	3,7%	2.032.345,5	6,0%			
Fev/14	3.982.767,5	5,1%	1.829.063,0	4,2%	2.153.704,5	6,0%			
Fev/15	4.145.839,5	4,1%	1.882.449,5	2,9%	2.263.390,0	5,1%			

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 17 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015					
Discriminação	Jan-Fev				
Discillilliação	2014	2015			
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	12,46%	12,30%			
Pessoal e Encargos Social	4,40%	4,40%			
Custeio e Capital	8,00%	7,87%			
Despesas do FAT	0,88%	0,85%			
Subsídios e Subvenções ¹	0,18%	0,27%			
LOAS/RMV ²	0,72%	0,81%			
Outras	6,10%	5,80%			
Transferências ao Bacen	0,06%	0,03%			

Honte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

2. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.



Previdência Social

R\$ Milhões

Tabela 18 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015							
	2014	20	15	Variação %			
Discriminação do Resultado	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15	Fev/15		
	reveleno	Janeno	revelello	Jan/15	Fev/14		
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	25.318,4	25.916,2	26.989,6	4,1%	6,6%		
Arrecadação Bruta	28.171,7	31.128,7	30.060,2	-3,4%	6,7%		
Contribuição Previdenciária	24.458,7	25.879,9	25.455,6	-1,6%	4,1%		
Simples ¹	2.563,1	3.386,2	2.803,0	-17,2%	9,4%		
CFT	0,0	0,0	0,0	-	-		
Depósitos Judiciais	157,9	177,4	152,3	-14,2%	-3,5%		
Refis	7,5	10,1	4,7	-53,5%	-37,6%		
Compensação RGPS ²	984,5	1.675,0	1.644,6	-1,8%	67,1%		
(-) Restituição/Devolução	-49,6	-93,5	-23,5	-74,8%	-52,5%		
(-) Transferências a Terceiros	-2.803,8	-5.119,0	-3.047,1	-40,5%	8,7%		
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	27.898,6	31.567,8	32.865,0	4,1%	17,8%		
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.580,2	-5.651,6	-5.875,4	4,0%	127,7%		
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,13%	-1,31%		

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em fevereiro de 2015, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 5,9 bilhões, contra um déficit de R\$ 5,7 bilhão em janeiro. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

- i) aumento de R\$ 1,3 bilhão no total de despesas com benefícios (4,1%); e
- ii) acréscimo na arrecadação líquida de fevereiro de R\$ 1,1 bilhão (4,1% em relação ao mês anterior), resultado conjugado do decréscimo de R\$ 1,1 bilhão (3,4%) na arrecadação bruta e do aumento das transferências a terceiros no valor de R\$ 2,1 bilhões (40,5%).

Previdência Social

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterio

Na comparação com valores de fevereiro de 2014, o resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 2,6 bilhões para um déficit de R\$ 5,8 bilhões (127,7%), devido, principalmente, aos seguintes fatores:

Em fevereiro de 2015, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 5,9 bilhões contra déficit de R\$ 5,7 bilhões no mês anterior.

^{1.} Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.

^{2.} Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha



Os benefícios previdenciários apresentaram uma elevação de R\$ 5,0 bilhões (17,8%) em relação a fevereiro de 2014.

i) aumento de R\$ 1,7 bilhão (6,6%) na arrecadação líquida, resultado, principalmente, do aumento de R\$ 996,9 milhões (4,15%)Previdenciária Contribuição de R\$ 660,1 milhões (67,1%)na Compensação ao RGPS; e

ii) elevação de R\$ 5,0 bilhões (17,8%) no montante de benefícios previdenciários, devido ao incremento



de 8,0% no valor médio dos benefícios e de 3,2% na quantidade mensal de benefícios pagos, além do pagamento, em fevereiro de 2015, de R\$ 278,2 milhões aos seringueiros (EC nº 78/2014).

Previdência Social

R\$ Milhões

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado de 2014, o déficit aumentou de 0,89% para 1,35% do PIB. Em termos nominais, o déficit teve um aumento de R\$ 4,3 bilhões (60,6%).

Ressalte-se que resultado receita previdenciária no período influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, especial, pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse realizada sentido, é compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de abril de 2013.

A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 3,1 bilhões (6,1%), explicado, principalmente,

Tabela 19 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015 Variação % Discriminação do Resultado 2014 2015 I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA 49.848,2 52.905,8 6,1% 57.523,8 Arrecadação Bruta 61.188,9 6,4% Contribuição Previdenciária 49.647,8 51.335,5 3,4% Simples¹ 5.611,1 6.189,2 10.3% CFT 0,0 0,0 Depósitos Judiciais 297,4 329,7 10,9% Refis 14,7 14,8 0,4% Compensação RGPS² 1.952,84 3.319,7 70,0% (-) Restituição/Devolução -86,8 -117,1 34,9% (-) Transferências a Terceiros -7.588,9 -8.166,1 7,6% II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS 57.023,7 64.432,8 13,0% III. RESULTADO PRIMÁRIO -7.175,5 -11.527,0 60,6% IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB -0,89% -1,35%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.

2. Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

pelo acréscimo de R\$ 1,4 bilhão (70,0%) do montante de compensações do RGPS em função da inclusão de novos setores na desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013) e do crescimento de R\$ 1,7 bilhão (3,4%) nas contribuições previdenciárias, reflexo do crescimento de 7,6% da massa



salarial, calculada para o período entre dezembro de 2014 a janeiro de 2015, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 7,4 bilhões (13,0%), comparativamente ao mesmo período de 2014, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- i) aumento de R\$ 76,66 (8,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;
- ii) elevação de 861,7 mil no número de benefícios emitidos em 2015 (3,2%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 610,9 mil de benefícios referentes a aposentadorias, de 159,3 mil referentes a pensões por morte e 78,8 mil de benefícios referentes a auxílio-doença; e
- iii) pagamento, em fevereiro de 2015, de R\$ 278,2 milhões aos seringueiros beneficiados pela EC n°78/2014.

Tabela 20 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2014/2015							
	R\$ Mi	lhões		% P	IB .		
Discriminação	Jan-	Fev	Variação %	Jan-	Fev		
	2014	2015	2014		2015		
CONTRIBUIÇÃO	49.848,2	52.905,8	6,1%	6,15%	6,18%		
Urbano	48.924,4	51.951,6	6,2%	6,04%	6,07%		
Rural	923,8	954,2	3,3%	0,11%	0,11%		
BENEFÍCIOS	57.023,7	64.432,8	13,0%	7,04%	7,53%		
Urbano	44.490,3	49.810,2	12,0%	5,49%	5,82%		
Rural	12.533,4	14.622,6	16,7%	1,55%	1,71%		
RESULTADO PRIMÁRIO	-7.175,5	-11.527,0	60,6%	-0,89%	-1,35%		
Urbano	4.434,1	2.141,4	-51,71%	0,55%	0,25%		
Rural	-11.609,6	-13.668,4	17,7%	-1,43%	-1,60%		

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.



Em mil benefícios

Tabela 21 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2014/2015								
Diaminaina a ã a	Jan /15	Fev/15	Variacão 0/	Média .	Média Jan-Fev			
Discriminação	Jan/15	rev/15	Variação %	2014	2015	Variação %		
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.827	27.848	0,1%	26.976	27.837	3,2%		
Previdênciários	26.969	26.994	0,1%	26.127	26.982	3,3%		
Aposentadorias	17.975	18.023	0,3%	17.395	17.999	3,5%		
Idade	9.528	9.556	0,3%	9.191	9.542	3,8%		
Invalidez	3.179	3.183	0,1%	3.125	3.181	1,8%		
Tempo de contribuição	5.268	5.284	0,3%	5.078	5.276	3,9%		
Pensão por morte	7.323	7.338	0,2%	7.169	7.331	2,2%		
Auxílio-Doença	1.492	1.459	-2,2%	1.393	1.476	5,9%		
Salário - maternidade	78	75	-3,8%	78	77	-1,9%		
Outros	100	100	-0,6%	91	100	10,1%		
Acidentários	858	853	-0,6%	849	856	0,8%		
Aposentadorias	197	197	0,2%	190	197	3,7%		
Pensão por morte	118	118	-0,1%	120	118	-1,7%		
Auxílio - doença	172	166	-3,1%	172	169	-2,0%		
Auxílio - acidente	313	314	0,1%	305	314	2,8%		
Auxílio - suplementar	58	58	-0,4%	62	58	-5,6%		

Fonte: Ministério da Previdência Social Obs.: Dados sujeitos a alteração.



Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R\$ 1,2 trilhão em fevereiro de 2015. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R\$ 13,5 bilhões, consequência do acréscimo de R\$ 7,2 bilhões na dívida interna líquida e de R\$ 6,3 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

R\$ Milhões

Tabela 22 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015									
Discriminação	Jan/15	Fev/15	Variação %	Fev/14	Fev/15	Variação %			
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.111.320,2	1.118.568,8	0,7%	878.842,1	1.118.568,8	27,3%			
Dívida Interna	3.179.851,2	3.274.428,8	3,0%	2.921.341,0	3.274.428,8	12,1%			
Haveres Internos	462.067,7	536.713,1	16,2%	569.034,4	536.713,1	-5,7%			
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	108.982,0	115.257,4	5,8%	92.087,5	115.257,4	25,2%			
Dívida Externa	109.934,3	116.264,6	5,8%	92.461,2	116.264,6	25,7%			
Haveres Externos	952,4	1.007,2	5,8%	373,6	1.007,2	169,6%			
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.220.302,1	1.233.826,2	1,1%	970.929,7	1.233.826,2	27,1%			
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	23,7%	23,9%		19,8%	23,9%				

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em relação a fevereiro de 2014, a DLTN aumentou R\$ 262,9 bilhões, em decorrência do aumento de R\$ 239,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da elevação de R\$ 23,2 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN aumentou 4,1 p.p. no mesmo período, passando de 19,8% em fevereiro de 2014 para 23,9% em fevereiro de 2015.



Em fevereiro de 2015, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 23,9% do PIB, 0,2 p.p. superior ao montante registrado em janeiro.

^{1.} PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

Tabela 23 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015								
Discriminação	Jan/15	Fev/15	Variação %	Fev/14	Fev/15	Variação %		
I. DÍVIDA INTERNA	3.179.851,2	3.274.428,8	3,0%	2.921.341,0	3.274.428,8	12,1%		
Dívida Mobiliária	3.171.072,5	3.265.694,9	3,0%	2.917.409,7	3.265.694,9	11,9%		
DPMFi em Poder do Público ¹	2.137.948,2	2.213.354,7	3,5%	1.974.818,2	2.213.354,7	12,1%		
DPMFi em Poder do Banco Central	1.066.053,6	1.084.796,5	1,8%	969.810,4	1.084.796,5	11,9%		
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-32.929,3	-32.456,3	-1,4%	-27.218,9	-32.456,3	19,2%		
Demais Obrigações Internas	8.778,7	8.733,9	-0,5%	3.931,3	8.733,9	122,2%		
II. HAVERES INTERNOS	2.068.531,1	2.155.860,0	4,2%	2.042.498,9	2.155.860,0	5,6%		
Disponibilidades Internas	462.067,7	536.713,1	16,2%	569.034,4	536.713,1	-5,7%		
Haveres junto aos Governos Regionais	538.313,0	541.039,3	0,5%	526.707,8	541.039,3	2,7%		
Haveres da Administração Indireta	379.559,3	383.530,8	1,0%	347.443,2	383.530,8	10,4%		
Haveres Administrados pela STN	688.591,1	694.576,8	0,9%	599.313,5	694.576,8	15,9%		
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.111.320,2	1.118.568,8	0,7%	878.842,1	1.118.568,8	27,3%		
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB ³	21,6%	21,6%		17,9%	21,6%			

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- 1. Inclui TDA e dívida securitizada.
- 2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.
- 3. PIB valor corrente acumulado em 12 meses.

No mês de janeiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 1,1 trilhão, apresentando um acréscimo de R\$ 7,2 bilhões em relação ao mês anterior, consequência do crescimento de R\$ 94,6 bilhões no estoque da dívida interna bruta e de R\$ 87,3 bilhões no saldo de haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 23,9% em fevereiro de 2015.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos

R\$ Milhões

Tabela 24 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015									
Discriminação	Jan/15	Fev/15	Variação %	Fev/14	Fev/15	Variação %			
EM PODER DO PÚBLICO	2.137.948,2	2.213.354,7	3,5%	1.974.818,2	2.213.354,7	12,1%			
LFT	435.732,3	456.502,5	4,8%	416.234,3	456.502,5	9,7%			
LTN	616.444,1	656.252,0	6,5%	600.075,1	656.252,0	9,4%			
NTN-B	729.028,0	734.013,4	0,7%	659.728,9	734.013,4	11,3%			
NTN-C	70.871,1	71.546,6	1,0%	68.697,9	71.546,6	4,1%			
NTN-F	247.227,7	255.514,0	3,4%	194.115,3	255.514,0	31,6%			
Demais ¹	38.645,1	39.526,2	2,3%	35.966,6	39.526,2	9,9%			
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-32.929,3	-32.456,3	-1,4%	-27.218,9	-32.456,3	19,2%			
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.066.053,6	1.084.796,5	1,8%	969.810,4	1.084.796,5	11,9%			
TOTAL	3.171.072,5	3.265.694,9	3,0%	2.917.409,7	3.265.694,9	11,9%			

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou acréscimo de 3,7 p.p. comparativamente a fevereiro do ano anterior.

^{1.} Inclui TDA e dívida securitizada.



federais, aumentou R\$ 94,1 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada por emissões de R\$ 79,5 bilhões, pelo resgate de R\$ 21,3 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R\$ 35,9 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 25 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional ¹ - Brasil - 2014/2015								
Discriminação	Saldo	F	Saldo					
	Jan/15	Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	Fev/15			
EM PODER DO PÚBLICO	2.137.948,2	66.343,8	-15.226,8	24.289,4	2.213.354,7			
LFT	435.732,3	17.155,6	-36,6	3.651,2	456.502,5			
LTN	616.444,1	35.286,0	-29,6	4.551,6	656.252,0			
NTN-B	729.028,0	7.571,8	-14.639,9	12.053,5	734.013,4			
NTN-C	70.871,1	0,0	-0,1	675,6	71.546,6			
NTN-F	247.227,7	6.270,5	-10,5	2.026,4	255.514,0			
Demais ⁵	38.645,1	60,0	-510,1	1.331,2	39.526,2			
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.066.053,6	13.147,5	-6.038,7	11.634,1	1.084.796,5			
TOTAL	3.204.001,9	79.491,4	-21.265,5	35.923,5	3.298.151,2			

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

- 1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
- 2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
- 3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
- 4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
- 5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A carteira de títulos em poder do público cresceu R\$ 75,4 bilhões em relação ao mês anterior. Houve emissão líquida de R\$ 51,1 bilhões e apropriação de juros no valor de R\$ 24,3 bilhões. O estoque da carteira de títulos do Banco Central aumentou R\$ 18,7 bilhões, devido às emissões líquidas de R\$ 7,1 bilhões, e à apropriação de juros de R\$ 11,6 bilhões no mês de fevereiro de 2015.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram acréscimo de R\$ 87,3 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente o aumento de R\$ 74,6 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de fevereiro do exercício de 2014, houve aumento de R\$ 113,4 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo, do acréscimo de R\$ 94,2 bilhões nos haveres administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, que teve como destaque os haveres de legislação específica. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a fevereiro de 2014, foram os acréscimos de R\$ 44,1 bilhões nos haveres da administração indireta, e a redução de R\$ 17,9 bilhões nas disponibilidades internas.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 239,7 bilhões, passando de R\$ 878,8 bilhões, em fevereiro de 2014, para R\$ 1,1 trilhão em fevereiro de 2015. Esse comportamento é consequência do crescimento de R\$ 353,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que superou o aumento de R\$ 113,4 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve crescimento, passando de 17,9% para 21,6%.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R\$ 35,9 bilhões e pela emissão líquida de R\$ 58,2 bilhões.



R\$ Milhões

						HŞ MIIIIOC3		
Tabela 26 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015								
Discriminação	Jan/15	Fev/15	Variação %	Fev/14	Fev/15	Variação %		
DISPONIBILIDADES INTERNAS	462.067,7	536.713,1	16,2%	569.034,4	536.713,1	-5,7%		
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	538.313,0	541.039,3	0,5%	526.707,8	541.039,3	2,7%		
Lei 9.496/97	423.469,2	426.458,8	0,7%	414.331,9	426.458,8	2,9%		
MP 2.185/01	75.406,8	76.364,2	1,3%	71.606,3	76.364,2	6,6%		
Lei 8.727/93	12.749,9	12.663,3	-0,7%	14.411,2	12.663,3	-12,1%		
Antecipação de Royalties	5.089,1	4.247,3	-16,5%	5.251,7	4.247,3	-19,1%		
Bônus Renegociados	5.198,7	5.700,9	9,7%	5.146,9	5.700,9	10,8%		
Demais Haveres	16.399,1	15.604,7	-4,8%	15.959,8	15.604,7	-2,2%		
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	379.559,3	383.530,8	1,0%	347.443,2	383.530,8	10,4%		
FAT	194.261,2	196.377,2	1,1%	190.885,8	196.377,2	2,9%		
Fundos Regionais	93.896,3	95.012,1	1,2%	85.082,0	95.012,1	11,7%		
Demais	91.401,9	92.141,6	0,8%	71.475,5	92.141,6	28,9%		
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	688.591,1	694.576,8	0,9%	599.313,5	694.576,8	15,9%		
TOTAL	2.068.531,1	2.155.860,0	4,2%	2.042.498,9	2.155.860,0	5,6%		

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.



Dívida Externa Líquida

R\$ Milhões

Tabela 27 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015								
Discriminação	Jan/15	Fev/15	Variação %	Fev/14	Fev/15	Variação %		
I. DÍVIDA EXTERNA	109.934,3	116.264,6	5,8%	92.461,2	116.264,6	25,7%		
Dívida Mobiliária	100.237,3	105.773,3	5,5%	82.410,9	105.773,3	28,3%		
Euro	5.666,0	4.373,2	-22,8%	2.692,1	4.373,2	62,4%		
Global US\$	81.287,1	88.002,1	8,3%	66.317,9	88.002,1	32,7%		
Global BRL	13.284,2	13.398,0	0,9%	13.400,9	13.398,0	0,0%		
Demais	-	-	-	-	-	-		
Dívida Contratual	9.697,1	10.491,3	8,2%	10.050,3	10.491,3	4,4%		
Organismos Internacionais	3.495,8	3.826,9	9,5%	3.019,6	3.826,9	26,7%		
Bancos Privados e Agências Governamentais	6.201,3	6.664,4	7,5%	7.030,7	6.664,4	-5,2%		
II. HAVERES EXTERNOS	952,4	1.007,2	5,8%	373,6	1.007,2	169,6%		
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	952,4	1.007,2	5,8%	373,6	1.007,2	169,6%		
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	108.982,0	115.257,4	5,8%	92.087,5	115.257,4	25,2%		
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	2,1%	2,2%		1,9%	2,2%			

Em fevereiro de 2015, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 115,3 bilhões, que equivalem a 2,2% do PIB.

Fonte: Tesouro Nacional Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Em fevereiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 115,3 bilhões, contra R\$ 109,0 bilhões em janeiro. Houve aumento de R\$ 6,3 bilhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial de R\$ 7,7 bilhões, do resgate líquido de R\$ 2,0 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 581,3 milhões.

R\$ Milhões

Tabela 28 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015							
	Saldo		Saldo				
Discriminação	Jan/15	Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	Fev/15	
DÍVIDA MOBILIÁRIA ³	100.237,3	0,0	-1.985,8	519,6	7.002,2	105.773,3	
Global US\$	81.287,1	0,0	-335,7	396,1	6.654,5	88.002,1	
Euro	5.666,0	0,0	-1.650,1	9,6	347,7	4.373,2	
Global BRL	13.284,2	0,0	0,0	113,8	0,0	13.398,0	
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
DÍVIDA CONTRATUAL	9.697,1	29,5	-39,5	61,7	742,5	10.491,3	
Org [.] Internacionais	3.495,8	29,5	-5,6	23,4	283,8	3.826,9	
Bancos Privados/Agencias Governamentais	6.201,3	0,0	-33,9	38,3	458,8	6.664,4	
TOTAL	109.934,3	29,5	-2.025,3	581,3	7.744,8	116.264,6	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

^{1.} PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

^{1.} Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

^{2.} Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

^{3.} A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.



Comparativamente ao ano anterior, a elevação da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 23,2 bilhões, passando de R\$ 92,1 bilhões, em fevereiro de 2014, para R\$ 115,3 bilhões, em fevereiro de 2015. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 91,0% (R\$ 105,8 bilhões) e a dívida contratual representa 9,0% (R\$ 10,5 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou 0,3 p.p. no mesmo período, passando de 1,9% em fevereiro de 2014 para 2,2% em fevereiro de 2015.



Anexos

- 1. Lista de Abreviaturas
- 2. Tabelas do Resultado Fiscal
- Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 3.1. Dividendos pagos à União Brasil Mensal
- Tabela 3.2. Dividendos pagos à União Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central Brasil Mensal
- Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão Brasil Acumulado no Ano
- Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional Brasil Mensal ¹⁷
- Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional Brasil Acumulado no Ano 1/
- Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central Brasil Mensal 1/
- Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central Brasil Acumulado no Ano ^{1/}
- Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional Brasil Mensal
- 3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

^{1/} Essas tabelas foram descontinuadas a partir de 2015 e sarão mantidas como referência para o período de janeiro de 1997 à dezembro de 2014 nas séries históricas disponíveis no sítio eletrônico da STN.



1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

Caged — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CEF - Caixa Econômica Federal

CIDE — Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins — Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF — Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS — Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL — Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE — Fundo de Participação de Estados

FPM — Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação

ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI — Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS — Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS — Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes — Parcelamento Especial

Pasep — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público



PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos

PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PIB - Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

POOC — Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex — Programa de Incentivo às Exportações

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSH — Programa de Subsídio à Habitação

PSI – Programa de Sustentação do Investimento

Refis – Programa de Recuperação Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RGPS – Regime Geral da Previdência Social

RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CFT — Certificado Financeiro do Tesouro (séries)

CVS – título representativo da dívida do FCVS

DPFe – Dívida Pública Federal Externa

DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna

FCVS — Fundo de Compensação de Variações Salariais

Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IGP-M — Índice Geral de Preços (Mercado)

Incra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR - Imposto Territorial Rural

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado

LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)

LTN — Letras do Tesouro Nacional

NTN - Notas do Tesouro Nacional (Séries)

PAF – Plano Anual de Financiamento

Selic — Sistema Especial de Liquidação e Custódia

TDA — Títulos da Dívida Agrária

TR – Taxa Referencial



	2014	201	15	Variação (%)	
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15 Jan/15	Fev/15 Fev/14
1. RECEITA TOTAL	87.045,6	125.425,1	91.820,4	-26,8%	5,5%
Receitas do Tesouro Nacional	61.510,1	99.401,1	64.548,5	-35,1%	4,9%
Receita Bruta	62.371,9	101.257,3	65.751,8	-35,1%	5,4%
Impostos	27.470,3	51.164,1	31.277,0	-38,9%	13,9%
Contribuições	25.531,4	38.268,5	27.655,5	-27,7%	8,3%
Demais ^{2/}	9.370,2	11.824,6	6.819,3	-42,3%	-27,2%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	
(-) Restituições	-861,8	-1.856,1	-1.203,4	-35,2%	39,6%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	
Receitas da Previdência Social	25.318,4	25.916,2	26.989,6	4,1%	6,6%
Receitas da Previdência Social - Urbano 3/	24.846,2	25.424,1	26.527,4	4,3%	6,8%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	472,2	492,1	462,2	-6,1%	-2,1%
Receitas do Banco Central	217,2	107,8	282,4	162,0%	30,0%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.770,9	22.489,3	21.438,3	-4,7%	-1,5%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	17.047,6	16.509,4	16.297,4	-1,3%	-4,4%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 4/	162,5	0,0	0,0	-,	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	2,2	5,6	149,0%	-
Demais Transferências	4.560,8	5.977,7	5.135,3	-14,1%	12,6%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	65.274,7	102.935,7	70.382,1	-31,6%	7,8%
4. DESPESA TOTAL	68.391,2	92.484,5	77.739,9	-15,9%	13,7%
Despesas do Tesouro Nacional	40.251,3	60.668,4	44.614,7	-26,5%	10,8%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	16.468,9	20.065,8	17.555,5	-12,5%	6,6%
Custeio e Capital	23.605,3	40.540,8	26.842,3	-33,8%	13,7%
Despesa do FAT	1.471,3	4.773,0	2.509,9	-47,4%	70,6%
Abono e Seguro Desemprego	1.432,9	4.756,4	2.494,7	-47,6%	74,1%
Demais Despesas do FAT	38,3	16,6	15,2	-8,1%	-60,2%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	222,8	1.085,5	1.228,1	13,1%	451,2%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-153,0	657,8	520,1	-20,9%	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	375,8	427,8	708,0	65,5%	88,4%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 6/	2.717,0	3.436,0	3.503,6	2,0%	29,0%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	363,1	1.250,0	0,0	-100,0%	-100,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.831,1	29.996,2	19.600,7	-34,7%	4,1%
Outras Despesas de Custeio	14.817,1	22.309,1	16.091,7	-27,9%	8,6%
Outras Despesas de Capital 7/	4.014,0	7.687,1	3.509,0	-54,4%	-12,6%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	177,1	61,9	216,9	250,6%	22,4%
Benefícios Previdenciários	27.898,6	31.567,8	32.865,0	4,1%	17,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	21.983,6	24.363,6	25.446,5	4,4%	15,8%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	5.915,0	7.204,2	7.418,5	3,0%	25,4%
Despesas do Banco Central	241,3	248,3	260,1	4,8%	7,8%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB 8/	0,0	0,0	0,0	-	
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	-3.116,5	10.451,2	-7.357,8	-	136,1%
Tesouro Nacional	-512,2	16.243,3	-1.504,6	-	193,8%
Previdência Social (RGPS) 9/	-2.580,2	-5.651,6	-5.875,4	4,0%	127,7%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	2.862,6	1.060,5	1.080,9	1,9%	-62,2%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-5.442,9	-6.712,1	-6.956,3	3,6%	27,8%
Banco Central 10/	-24,1	-140,5	22,2	_	-
7. AJUSTE METODOLÓGICO 11/	0,0	218,4	64,7	-70,4%	_
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-273,0	-594,5	n.d.	-70,476	
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 12/	-3.389,5	10.075,1		-	
9. RESULTADO PRIMARIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 10. JUROS NOMINAIS 12/	-		n.d.		-
	-6.726,1	-12.104,4	n.d.	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) 12/	-10.115,6	-2.029,3	n.d.	-	-
Memo:				-	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.223,2	1.362,2	1.294,5	-5,0%	5,8%
RMV 6/	125,2	141,2	139,6	-1,1%	11,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{3/} Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/}Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

^{5/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

^{6/} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalicia (RMV) são beneficios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

^{7/} Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

^{8/}Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

^{9/} Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

^{10/} Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

^{11/} Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

^{12/} Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.



	2014	201	L5	Variação (%)	
Discriminação	Fevereiro	Janeiro Fevereiro		Fev/15 Jan/15	Fev/15 Fev/14
1. RECEITA TOTAL	93.749,7	126.955,3	91.820,4	-27,7%	-2,1%
Receitas do Tesouro Nacional	66.247,4	100.613,8	64.548,5	-35,8%	-2,6%
Receita Bruta	67.175,6	102.492,6	65.751,8	-35,8%	-2,1%
Impostos	29.586,0	51.788,3	31.277,0	-39,6%	5,7%
Contribuições	27.497,8	38.735,4	27.655,5	-28,6%	0,6%
Demais ^{2/}	10.091,9	11.968,9	6.819,3	-43,0%	-32,4%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-928,2	-1.878,8	-1.203,4	-35,9%	29,6%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	· -
Receitas da Previdência Social	27.268,3	26.232,4	26.989.6	2,9%	-1,0%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	26.759,8	25.734,3	26.527,4	3,1%	-0,9%
Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	508,5	498,1	462,2	-7,2%	-9,1%
Receitas do Banco Central	233,9	109,1	282,4	158,8%	20,7%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	23.447,6	22.763,7	21.438,3	-5,8%	-8,6%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	18.360,6	16.710,8	16.297,4	-2,5%	-11,2%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 4/	175,0	0,0	0,0	2,370	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	2,3	5,6	146,0%	-100,0%
Demais Transferências	4.912,1	6.050.6	·	-15,1%	4.50/
-	,	,-	5.135,3 70.382,1	•	4,5%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2) 4. DESPESA TOTAL	70.302,0	104.191,6		-32,4%	0,1%
	73.658,6	93.612,8	77.739,9	-17,0%	5,5%
Despesas do Tesouro Nacional	43.351,4	61.408,6	44.614,7	-27,3%	2,9%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	17.737,3	20.310,6	17.555,5	-13,6%	-1,0%
Custeio e Capital	25.423,3	41.035,4	26.842,3	-34,6%	5,6%
Despesa do FAT	1.584,6	4.831,3	2.509,9	-48,0%	58,4%
Abono e Seguro Desemprego	1.543,3	4.814,5	2.494,7	-48,2%	61,6%
Demais Despesas do FAT	41,3	16,8	15,2	-9,2%	-63,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	240,0	1.098,8	1.228,1	11,8%	411,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-164,8	665,8	520,1	-21,9%	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	404,7	433,0	708,0	63,5%	74,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 6/	2.926,3	3.477,9	3.503,6	0,7%	19,7%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	391,1	1.265,3	0,0	-100,0%	-100,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	20.281,4	30.362,2	19.600,7	-35,4%	-3,4%
Outras Despesas de Custeio	15.958,3	22.581,3	16.091,7	-28,7%	0,8%
Outras Despesas de Capital 7/	4.323,1	7.780,9	3.509,0	-54,9%	-18,8%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	190,8	62,6	216,9	246,4%	13,7%
Benefícios Previdenciários	30.047,3	31.952,9	32.865,0	2,9%	9,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	23.676,7	24.660,9	25.446,5	3,2%	7,5%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	6.370,6	7.292,1	7.418,5	1,7%	16,4%
Despesas do Banco Central	259,9	251,3	260,1	3,5%	0,1%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	0,0	-	_
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	-3.356,5	10.578,7	-7.357,8	-	119,2%
Tesouro Nacional	-551,6	16.441,5	-1.504,6	-	172,8%
Previdência Social (RGPS) 9/	-2.779,0	-5. <i>720,6</i>	-5.875,4	2,7%	111,4%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	3.083,1	1.073,4	1.080,9	0,7%	-64,9%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-5.862,1	-6.794,0	-6.956,3	2,4%	18,7%
Banco Central 10/	-25,9	-142,2	22,2	-	_
7. AJUSTE METODOLÓGICO 11/	0,0	221,0	64,7	-70,7%	_
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-12.447,4	-601,7	n.d.	-70,776	
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 12/	-12.447,4	10.198,0		-	
9. RESULTADO PRIMARIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 10. JUROS NOMINAIS 12/			n.d.		-
	-7.244,1	-12.252,1	n.d.	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) 12/	-10.894,7	-2.054,1	n.d.	-	-
Memo:				-	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.223,2	1.378,8	1.294,5	-6,1%	5,8%
RMV 6/	125,2	142,9	139,6	-2,3%	11,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
b/ Lei Organica de Assistencia Social (LUAS) e Kenda Mensal Vitalicia (KMVI) Sao beneficios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e necratários

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE. conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.



	2014	2015	Variação (%)	
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15	
4. DECELTA TOTAL	242.407.2	247 245 5	Jan-Fev/14	
1. RECEITA TOTAL Receitas do Tesouro Nacional	212.107,3 161.721,6	217.245,5 163.949,6	2,4%	
Receita Bruta	162.990,3	167.009,1	2,5%	
Impostos	77.807,5	82.441,1	6,0%	
•	63.183,4	65.924,1	4,3%	
Contribuições Demais ^{2/}	21.999,4	18.643,9	-15,3%	
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-13,3%	
(-) Restituições	-1.267,1	-3.059,5	141.5%	
(-) Incentivos Fiscais	-1.207,1	-3.035,3	-100,0%	
Receitas da Previdência Social	49.848,2	52.905,8	6,1%	
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	48.924,4	51.951,6	6,2%	
Receitas da Previdência Social - Orbano Receitas da Previdência Social - Rural ^{3/}	923,8	954,2	3,3%	
Receitas da Previdencia Social - Rural Receitas do Banco Central	· I	390,1		
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	537,5		-27,4%	
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	43.766,3	43.927,6	0,4%	
	33.098,4	32.806,8	-0,9%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 4/	2.275,0	0,0	-100,0%	
Transferências da Cide - Combustíveis	116,1	7,8	-93,2%	
Demais Transferências	8.276,7	11.113,0	34,3%	
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	168.341,1	173.317,8	3,0%	
4. DESPESA TOTAL	158.421,3	170.224,4	7,5%	
Despesas do Tesouro Nacional	100.923,4	105.283,2	4,3%	
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	35.666,3	37.621,3	5,5%	
Custeio e Capital	64.797,2	67.383,1	4,0%	
Despesa do FAT	7.135,0	7.282,9	2,1%	
Abono e Seguro Desemprego	7.053,3	7.251,1	2,8%	
Demais Despesas do FAT	81,7	31,8	-61,1%	
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{5/}	1.424,3	2.313,6	62,4%	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	657,7	1.177,8	79,1%	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	766,6	1.135,8	48,1%	
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	5.818,4	6.939,7	19,3%	
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	
Auxílio à CDE	1.051,8	1.250,0	18,8%	
Outras Despesas de Custeio e Capital	49.367,5	49.596,9	0,5%	
Outras Despesas de Custeio	34.240,7	38.400,8	12,1%	
Outras Despesas de Capital 7/	15.126,9	11.196,0	-26,0%	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	459,9	278,8	-39,4%	
Beneficios Previdenciários	57.023,7	64.432,8	13,0%	
Benefícios Previdenciários - Urbano 3/	44.490,3	49.810,2	12,0%	
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	12.533,4	14.622,6	16,7%	
Despesas do Banco Central	474,2	508,4	7,2%	
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	-	
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	9.919,8	3.093,4	-68,8%	
Tesouro Nacional	17.032,0	14.738,8	-13,5%	
Previdência Social (RGPS) 9/	-7.175,5	-11.527,0	60,6%	
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	4.434,1	2.141,4	-51,7%	
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-11.609,6	-13.668,4	17,7%	
Banco Central 10/	63,3	-118,3	-	
7. AJUSTE METODOLÓGICO ^{11/}	0,0	283,1		
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-760,2	nd	-	
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 12/	9.159,6	nd	-	
10. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-30.358,3	nd	-	
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) 12/	-21.198,7	nd	-	
Memo:			-	
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	14.405,8	16.018,0	11,2%	
RMV 6/	1.739,8	1.666,1	-4,2%	

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

^{1/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

^{5/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

^{6/} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalicia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentença:

^{7/} Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financieras (GND 5), com exceção das despesas financieras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

^{9/} Receita de contribuições menos benefícios previdenciários

^{10/} Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

^{11/} Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

^{12/} Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.



		/ \ IESOUR	RONACIONAL
	2014	2015	Variação (%)
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15 Jan-Fev/14
1. RECEITA TOTAL	229.372,7	218.775,7	-4,6%
Receitas do Tesouro Nacional	174.921,7	165.162,3	-5,6%
Receita Bruta	176.291,2	168.244,4	-4,6%
Impostos	84.174,1	83.065,3	-1,3%
·	68.329,5	66.391,0	-2,8%
Contribuições Demais ^{2/}	23.787,6	18.788,2	-21,0%
d/g Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-21,070
	-1.367,7	-3.082,2	125 49/
(-) Restituições	,	,	125,4%
(-) Incentivos Fiscais	-1,7	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	53.869,7	53.222,0	- 1,2%
Receitas da Previdência Social - Urbano ^{3/}	52.871,4	52.261,7	-1,2%
Receitas da Previdência Social - Rural 3/	998,3	960,2	-3,8%
Receitas do Banco Central	581,3	391,4	-32,7%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	47.300,5	44.202,0	-6,6%
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	35.766,9	33.008,2	-7,7%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 4/	2.465,9	0,0	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	125,9	7,9	-93,7%
Demais Transferências	8.941,8	11.186,0	25,1%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	182.072,2	174.573,7	-4,1%
4. DESPESA TOTAL	171.291,6	171.352,7	0,0%
Despesas do Tesouro Nacional	109.147,1	106.023,3	-2,9%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	38.555,8	37.866,1	-1,8%
Custeio e Capital	70.093,8	67.877,7	-3,2%
Despesa do FAT	7.726,7	7.341,2	-5,0%
Abono e Seguro Desemprego	7.638,3	7.309,1	-4,3%
Demais Despesas do FAT	88,3	32,0	-63,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas 5/	1.543,0	2.326,8	50,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	714,4	1.185,8	66,0%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	828,6	1.141,0	37,7%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{6/}	6.289,6	6.981,6	11,0%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	_
Auxílio à CDE	1.137,9	1.265,3	11,2%
Outras Despesas de Custeio e Capital	53.396,6	49.962,8	-6,4%
Outras Despesas de Custeio	37.022,2	38.673,0	4,5%
Outras Despesas de Capital ^{7/}	16.374,5	11.289,8	-31,1%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	497,5	279,5	-43,8%
Beneficios Previdenciários	61.632,0	64.817,9	5,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	48.084,1	50.107,4	4,2%
21		14.710.5	8,6%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	13.547,8	-,-	•
Despesas do Banco Central	512,5	511,5	-0,2%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB ^{8/}	0,0	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	10.780,6	3.221,0	-70,1%
Tesouro Nacional	18.474,1	14.936,9	-19,1%
Previdência Social (RGPS) 9/	-7.762,3	-11.596,0	49,4%
Previdência Social (RGPS) - Urbano ^{3/}	4.787,2	2.154,3	-55,0%
Previdência Social (RGPS) - Rural ^{3/}	-12.549,5	-13.750,3	9,6%
Banco Central 10/	68,8	-120,0	-
7. AJUSTE METODOLÓGICO 11/	0,0	285,7	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-818,7	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) 12/	9.865,1	nd	-
10. JUROS NOMINAIS ^{12/}	-32.696,4	nd	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) 12/	-22.831,4	nd	-
Memo:			-
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	2.585,4	2.751,9	6,4%
RMV ^{6/}	266,4	261,2	-2,0%

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

^{1/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{2/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolic

^{3/} Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

^{5/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

^{6/} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalicia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentença:

^{7/} Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

^{9/} Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

^{10/} Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

^{11/} Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

^{12/} Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.



Receitas do Tesouro Nacional 0.1530.1 99.401.1 04.586.5 35.1% 4.99 Receita Bruta		2014 2015		1.5	Variaçã	io (%)
Recelta Total	Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro		
Receitas do Tesouro Nacional 61.530,1 99.401,1 64.588,5 35,1% 4.99 Receita Butra 62.379,9 107.379,3 68.771,7 -88,1% 5.9% IR 138,388,7 39.939,4 21.999,6 4-50,0 12.98 IR - Pessoa fisica 11.08,4 11.273,3 10.00 -21.98 4-50,0 19.88 IR - Pessoa fuldica 6.758,0 20.578,0 9.706,8 -52.88 41.59 IR - Pessoa fuldica 6.758,0 20.578,0 9.706,8 -52.85 41.59 IR - Redidinento do Capital 10.462,3 18.075,2 11.222,1 -3.776 7.35 8,0 IRF - Coutros Rendimentos do Capital 2.332,7 3.90,2 2.507,6 -3.578 7.99 IRF - Coutros Rendimentos 7.75,9 993,4 7.20,2 -2.69 1.38 1.99 IPI - rumo 1461 15.20 15.17 -0.22 1.09 1.22 1.17 -0.22 1.09 1.22 1.17 -0.23 1.12 1.12					Jan/15	Fev/14
Receita Bruta	1. RECEITA TOTAL	87.045,6		91.820,4		5,5%
Impostors	Receitas do Tesouro Nacional	-		64.548,5		4,9%
IR	Receita Bruta		-	•	•	5,4%
RR - Pessoa Física 1.108,4 1.276,3 1.000,6 -21,6% 9.7% RIF. Pessoa Jurídica 5.788,0 20.578,0 9.7% 3.528% 43,65 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.77% 7.50 1.1123,1 3.75% 6.29 1.1123,1 3.15,2% 6.29 1.1123,1 3.15,2% 6.29 1.1123,1 3.15,2% 6.29 1.1123,1 3.15,2% 6.29 1.1123,1 3.15,2% 6.29 1.1123,1 3.15,2% 3.10,2%	·	27.470,3	51.164,1	31.277,0		13,9%
RR - Pessoa Jurídica 6.758,0 20.578,0 9.706,8 -52,8% 41,60 R. Retido na Fonte 10.462,3 18.075.2 11.252,1 -3.77,6 7.58 5.68 18.075.2 11.252,1 -3.77,6 7.58 5.68 18.075.2 11.252,1 -3.77,6 7.59 18.075.2 11.252,1 -3.77,6 7.59 18.075.2 11.252,1 -3.77,6 7.59 18.075.2 -3.57,6 7.99 18.075.2 -3.57,6 -3.57,6 -5.99 18.075.2 -3.57,6 -3.57,6 -5.99 18.075.2 -3.57,6 -3.57,6 -5.99 18.075.2 -3.57,6 -3.57,						19,8%
IR - Retido na Fonte						-9,7%
IRRF - Rendimentos do Trabalho 6.273,3 10.562,8 6.811,1 35.5% 5.60 IRRF - Rendimentos do Capital 2.232,7 3.901,2 2.507,6 35.7% 7.90 IRRF - Rendimentos do Capital 2.232,7 3.901,2 2.507,6 35.7% 7.90 IRRF - Outros Rendimentos 735,9 993,4 726,2 2.6,9% 1.30 IPI - Fum				•		43,6%
IRRF - Rendimentos do Capital 2.323,7 3.901,2 2.507,6 -35,7% 7.99 IRRF - Remessas ao Exterior 1.129,4 2.617,8 1.207,3 -53,9% 6.90 IRRF - Outros Rendimentos 735,9 939,4 726,2 -26,9% -1,3% IPI - Eumo 1.461 1.557,0 151,7 -90,2% 3.89 IPI - Bebidas 310,3 283,2 2741 -5,2% 1.16,6 IPI - Automóweis 299,4 349,1 306,5 -12,2% 2.49 IPI - Vinculado a importação 1.182,5 1.392,1 1.229,2 -1,17% 4.09 IPI - Outros 1.628,2 1.838,5 1.525,9 -17,0% 6.33 IPI - Outros 1.628,2 1.838,5 1.525,9 -17,0% 6.33 IPI - Outros 1.628,2 3.332,3 2.964,7 -11,0% -3.99 Outros 1.63,3 2.03 3.33,3 2.964,7 -11,0% -3.99 Outros 1.63,3 2.03 3.35,3 -3.44 -17,2% Contribuições 2.531,4 382,68,5 27,655,5 -27,7% 8.38 COPINS 1.538,5 18,099,1 1.921,2 -5,68% 36,00 COPINS 1.538,5 18,099,1 1.921,2 -5,68% 36,00 COLIDET-Combustíveis 0,7 0,5 0,5 4,29 34,98 Pis/Pasep 4.200,9 4.922,7 4.379,3 -11,0% 4.29 Safário Educação 1.377,4 2.612,4 1.523,3 -41,31 1.29 Outras 1.364,4 1.384,6 6.819,3 -42,38 -22,28 CPS 937,8 1.106,6 1.085,6 1.98 Outras 1.364,6 1.284,6 6.819,3 -42,38 -22,28 CPS 0.00 0.00 0.00 0.00 Outras 0.00 0.00 0.				· ·		7,5%
IRRF - Remessa ao Exterior 1.129,4 2.617,8 1.207,3 5.3,9% 6.99 IRRF - Outros Rendimentos 735,9 934,4 726,2 26,9% 1.33 1.35 1.35 1.55 5.420,9 3.487,4 3.57,4 2.22 1.22 1.22 1.27 1.25				•		8,6%
IRRF - Outros Rendimentos 735,9 993,4 726,2 2-6,9% 1,3% IPI 3.566,5 5.40,09 3.487,4 3.5,7% 2,2% 3.481,1 3.552,0 3.487,4 3.5,7% 2,2% 3.481,1 3.552,0 3.487,4 3.5,7% 2.2% 3.481,1 3.552,0 3.487,4 3.5,7% 2.2% 3.481,1 3.552,0 3.487,4 3.5,7% 2.2% 3.481,1 3.552,0 3.481,1 3.552,0 3.481,1 3.552,0 3.481,1 3.552,0 3.481,1 3.552,0 3.481,1 3.552,0				•		7,9%
P				•		6,9%
IPI - Fumo						-1,3%
IPI - Bebidas				•		-2,2%
IPI - Automóveis 299,4 349,1 306,5 -12,2% 2,49 IPI - Vinculado a importação 1,182,5 1,392,1 1,292,2 -11,7% 4,00 IPI - Outros 1,682 1,898,5 1,252,5 1,525,9 IIPI Outros 3,084,2 3,332,3 2,964,7 -11,0% -3,99 Outros 16,3 20,3 31,5 -33,4% -17,2% Contribuções 25,31,4 38,286,5 27,655,5 27,7% 8,38 COFINS 15,336,5 18,099,1 15,921,2 -12,0% 3,89 COFINS 15,336,5 18,099,1 15,921,2 -12,0% 3,89 COME 0,1 0,2 0,0 -76,0% 35,39 CIDE-Combustíveis 0,7 0,5 0,5 4,9% -34,88 PIs/Pasep 42,000 4,922,7 4,379,3 -11,0% 4,29 Salário Educação 1,377,4 2,612,4 1,532,3 -14,3% 11,25 Outras ²⁷ 1,003,3 1,255,0 910,2 -27,5% -9,38 CORS 93,70,2 11,824,6 6,819,3 42,3% -27,28 Cota parte de compensações financeiras 1,960,0 4,278,8 1,194,4 -4,47% -39,18 Diretamente arrecadadas 3,008,5 4,236,9 3,221,3 -4,00% 7,19 Concesões 13,6 30,08 5,236,9 3,221,3 -24,0% 7,19 Concesões 13,6 30,08 5,236,9 3,221,3 -24,0% 7,19 Concesões 4,98,3 1,453,6 1,127,1 -22,5% 1,26,2% Contrativos Fiscois 0,0 0,0 0,0 0,0 Contrativos Fiscois 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 Contrativos Fiscois 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 Contrativos Fiscois 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 Contrativos Fiscois 0,0			,	•	-90,2%	3,8%
IPI - Vinculado a importação 1.182,5 1.392,1 1.229,2 -11,7% 4,09 IPI - Outros 1.628,2 1.838,5 1.525,9 -17,0% 6.33 IOF 2.474,6 2.461,1 2.851,9 -17,0% 6.39 Imposto de Importação 3.084,2 3.332,3 2.964,7 -11,0% 3.39 Outros 16,3 20,3 13,5 33,4% -17,29 Contribuições 25,531,4 38,268,5 27,655,5 2.77% 8,3% COFINS 15,336,5 18,099,1 15,921,2 -12,0% 3.88 CPMF 0,1 0,2 0,0 -76,0% -35,39 CSL 3.612,5 11,378,7 4.912,1 5.68,8% 36,09 Fils/Pasep 4,200,9 4,922,7 4,379,3 -11,0% 4,28 Salário Educação 1,377,4 2,612,4 1.532,3 41,3% 11,29 Outras ²⁷ 1,003,3 1,255,0 910,2 2-7,5% 9-39 Demais 9,370,2 11,824,6 6,819,3 42,348 42,348 Outras ²⁸ 997,8 1,106,6 1,085,6 -1,9% 8,89 Cota parte de compensações financeiras 1,960,0 4,725,8 1,194,4 7,47,7 39,119 Diretamente arrecadadas 3,008,5 4,236,9 3,221,3 -24,0% 7,19 Concessões 13,6 301,8 58,0 80,8% 327,99 Dividendos 2.892,1 0,0 132,9 - 95,49 Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 - 0 Outras 498,3 1.453,6 1.17,1 -22,5% 16,29 Cincentivos Fiscois 0,0 0,0 0,0 - 0 Outras 498,3 1.453,6 1.17,1 -22,5% 16,29 Cincentivos Fiscois 0,0 0,0 0,0 - 0 Cincentivos Fiscois 0,0 0,0 0,0 0,0 Cincentivos Fiscois 0,0				•		-11,6%
IPI - Outros				•		2,4%
IOF						4,0%
Imposto de Importação 3.084,2 3.332,3 2.964,7 -1.1,0% -3.99 Outros 16,3 20,3 13,5 -33,4% -17,28 Contribuições 25.531,4 38.268,5 27.655,5 -27,7% 8.3% COFINS 15.336,5 18.099,1 15.921,2 -12.0% 3.88 CPMF 0,1 0,2 0,0 -76,0% -35,39 CSIL 3.612,5 11.378,7 4.912,1 -56,8% 36,08 CIDE-Combustíveis 0,7 0,5 0,5 4.9% -34,89 PIs/Pasep 4.200,9 4.922,7 4.379,3 -11.0% 4.22 Salário Educação 1.377,4 2.612,4 1.532,3 -41,3% 11,29 Outras ½ 1.003,3 1.255,0 910,2 -27.5% 9-33 Demais 9.370,2 11.824,6 6.819,3 -42,3% -27,28 COES ½ 9.79,8 1.106,6 1.085,6 1.9% 8.88 Cota parte de compensações financeiras 1.960,0 4.725,8 1.194,4 -74,7% -39,19 Diridamente arrecadadas 3.008,5 4.236,9 3.221,3 -24,0% 7.19 Concesões 13,6 301,8 58,0 80,8% 327,99 Dividendos 2.892,1 0,0 112,9 - 95,48 Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 Outras 4.98,3 1.453,6 1.127,1 -22,5% 126,29 () Restituições 861,8 -1.856,1 -1.203,4 -35,2% 39,68 () Incentivos Fiscais 0,0 0,0 0,0 - 0,0 Receitas da Previdência Social 25.318,4 25.916,2 26.896,6 4,1% 6,69 Urbana 24.846,2 25.424,1 26.527,4 4,3% 6,8% Rural 472,2 492,1 462,2 -6,1% -2,1% Rural 21.77,9 22.489,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.007,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 \$\frac{1}{2}\$ 162,5 0,0 0,0				•		
Outros 16,3 20,3 13,5 -33,4% -17,2% Contribuições 25,531,4 38,268,5 27,655,5 -27,7% 8,3% COFINS 15,336,5 18,099,1 15,921,2 -12,0% 3,88 CPMF 0,1 0,2 0,0 -76,0% -35,3% CSLL 3,612,5 11,378,7 4,912,1 -56,8% 36,0% CIDE-Combustiveis 0,7 0,5 0,5 4,9% -34,8% PIs/Pasep 4,200,9 4,922,7 4,379,3 -11,0% 4,2% Salário Educação 1,377,4 2,612,4 1,532,3 -41,3% 11,2% Outras ²⁷ 1,003,3 1,255,0 910,2 -27,5% -9,3% Demais 9,370,2 11,824,6 6,819,3 -42,3% -27,2% CPSS ³⁷ 997,8 1,106,6 1,085,6 -1,9% 8,8% Cota parte de compensações financeiras 1,960,0 4,725,8 1,94,4 -7,47% -39,1% Dividend				•		15,2%
Contribuições 25.531,4 38.268,5 27.655,5 -27,7% 8,3% CORINS 15.336,5 18.099,1 15.921,2 -12,0% 3,88 CPMF 0,1 0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,3% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,2% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -35,2% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -36,0% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -36,0% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -36,0% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -36,0% 15.00 1.0,2 0,0 -76,0% -36,0% 15.00 1.0,2 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0				•		-3,9%
COFINS CPMF O.1						
CPMF CSLL 3.612,5 11.378,7 4.912,1 56,8% 36,0% 10D-Combustiveis 0,7 0,5 0,5 4,9% 3-4,8% Pis/Pasep 4.200,9 4.222,7 4.379,3 1.10,6 4.279 Salário Educação 1.377,4 2.612,4 1.532,3 4.1,3% 11,2% Outras 2' 1.003,3 1.255,0 910,2 2.75,% 9,3% Demais 9.370,2 11.824,6 6.819,3 4.23% 2.77,3% CPSS 3' 997,8 1.106,6 1.085,6 1.9% 8,8% Cota parte de compensações financeiras 1.960,0 4.725,8 1.194,4 7-47,7% 3-91,1% Concessões 13,6 301,8 58,0 80,8% 327,9% Dividendos 2.892,1 0,0 132,9				•		
CSLL CIDE-Combustíveis 0,7 0,5 0,5 4,9% 36,0% Pis/Pasep 4.00,9 4.922,7 4.379,3 1.1,0% 4.28 Salário Educação 1.377,4 2.612,4 1.532,3 4.1,3% 11,2% Demais 9,370,2 11.824,6 6.819,3 4.2,3% 2-7,2% CPSS ^{3/} 997,8 1.106,6 1.085,6 1.9% 8,8% Cota parte de compensações financeiras 1.960,0 4.725,8 1.194,4 7-4,7% 3-9,1% Dividendos 1.36,6 301,8 528,0 Dividendos 2.892,1 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0				•		
CIDE-Combustíveis				•		
Pis/Pasep Salário Educação 1.377.4 2.612.4 1.532.3 -41,3% 11,2% Outras ^{3/2} 1.003,3 1.255,0 910,2 -27,5% 9,3% Demais 9,370,2 11.824.6 6.819,3 -42,3% -27,2% CPSS ^{3/2} Superior de compensações financeiras 1.960,0 4.725,8 1.194,4 -74,7% -39,1% Diretamente arrecadadas 3.008,5 4.236,9 3.221,3 -24,0% 7.1% Concessões 13,6 301,8 58,0 -80,8% 3227,9% Dividendos 2.892,1 0,0 132,9 -95,4% Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 0,0 -95,4% (-) Incentivos Fiscais 0,0 0,0 0,0 0,0 - Receitas da Previdência Social 24.846,2 25.424,1 26.527,4 4,3% 6,8% Rural 472,2 492,1 462,2 -6,1% -2,1% Receitas do Banco Central 217,2 107,8 22.489,3 21.483,3 21.438,				•		
Salário Educação 1.377.4 2.612,4 1.532,3 -41,3% 11,2% Outras ²⁷ 1.003,3 1.255,0 910,2 -27,5% -9,3% Demais 9.370,2 11.824,6 6.819,3 -42,3% -27,2% CPSS ³⁷ 997,8 1.106,6 1.085,6 -1,9% 8,8% Cota parte de compensações financeiras 1.960,0 4.725,8 1.194,4 -74,7% -39,1% Diretamente arrecadadas 3.008,5 4.236,9 3.221,3 -24,0% 7,1% Concessões 13,6 301,8 58,0 -80,8% 327,9% Dividendos 2.892,1 0,0 132,9 - -95,4% Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 - - Outras 498,3 1.453,6 1.127,1 -22,5% 126,2% (-) Incentivo S Fiscais 0,0 0,0 0,0 - - - Receitas da Previdência Social 25,318,4 25,916,2 26,989,6 4,1%				•		
Outras 2/ Demois 1.003,3 Demois 1.255,0 Demois 910,2 Demois -27,5% Demois 9,370,2 Demois 11.824,6 Demois 6.819,3 Demois -42,3% Demois -27,2% Demois -28,8% Demois -27,2% Demois -28,9% Demois -28,9% Demois -28,9% Demois -24,0% T/1% Demois -39,1% Demois -24,0% T/1% Demois -24,0% T/1% Demois -24,0% T/1% Demois -27,9% Demois -28,9% Demois -24,0% T/1% Demois -28,0% Demois -21,2% Demois -27,5% Demois -29,5% Demois -28,0% Demois -21,2% Demois -29,5% Demois -28,0% Demois -21,2% Demois -22,5%	• •			•		
Demais 9.370,2 11.824,6 6.819,3 -42,3% -27,2% CPSS 3/ 997,8 1.106,6 1.085,6 -1,9% 8,8% Cota parte de compensações financeiras 1.960,0 4.725,8 1.194,4 -74,7% -39,1% Diretamente arrecadadas 3.008,5 4.236,9 3.221,3 -24,0% 7,1% Concessões 13,6 301,8 58,0 -80,8% 327,9% Dividendos 2.892,1 0,0 132,9 - -95,4% Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 0,0 - - -95,4% Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 0,0 - - -95,4% Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 0,0 - - -95,4% - -26,5% - -26,5% -26,5% -22,5% 126,2% - -6,0% -22,5% 126,2% -6,0% -22,1% -861,8 -1,286,1 -1,203,4	•			•		
CPSS 3/ 997,8 1.106,6 1.085,6 -1,9% 8,8% Cota parte de compensações financeiras 1.960,0 4.725,8 1.194,4 -74,7% -39,1% Diretamente arrecadadas 3.008,5 4.236,9 3.221,3 -24,0% 7,1% Concessões 13,6 301,8 58,0 -80,8% 327,9% Dividendos 2.892,1 0,0 132,9 - -95,4% Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 0,0 - - -95,4% Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 0,0 - - -95,4% -95,4% -95,4% -22,5% 126,2% -26,2%						
Cota parte de compensações financeiras 1.960,0 4.725,8 1.194,4 -74,7% -39,1%		1	•			
Diretamente arrecadadas 3.008,5 4.236,9 3.221,3 -24,0% 7,1% Concessões 13,6 301,8 58,0 -80,8% 327,9% Dividendos 2.892,1 0,0 132,9 -95,4% Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 -0 Outras 498,3 1.453,6 1.127,1 -22,5% 126,2% (-) Incentivos Fiscais 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 - Receitas da Previdência Social 25.318,4 25.916,2 26.989,6 4,1% 6,6% Urbana 24.846,2 25.424,1 26.527,4 4,3% 6,8% Rural 472,2 492,1 462,2 -6,1% -2,1% Receitas do Banco Central 217,2 107,8 224,4 162,0% 30,0% 22.189,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.047,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 1,811,9 1,567,5 135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1,811,9 1,567,5 1,35,5 Royalties 2.853,5 1,198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1,670,8 2,911,3 773,1 73,4% -53,7% Outras				•		
Concessões 13,6 301,8 58,0 -80,8% 327,9%				•		
Dividendos 2.892,1 0,0 132,9 - 95,4%						
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo 0,0 0,0 0,0 - Outras 498,3 1.453,6 1.127,1 -22,5% 126,2% (-) Restituições -861,8 -1.856,1 -1.203,4 -35,2% 39,6% (-) Incentivos Fiscais 0,0 0,0 0,0 0,0 - - Receitas da Previdência Social 25.318,4 25.916,2 26.989,6 4,1% 6,6% Urbana 24.846,2 25.424,1 26.527,4 4,3% 6,8% Rural 472,2 492,1 462,2 -6,1% -2,1% Receitas do Banco Central 217,2 107,8 282,4 162,0% 30,0% 2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4// 21.770,9 22.489,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.047,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 - -100,0% Transferências 4,560,8 5,977,7				•	-80,8%	
Outras 498,3 1.453,6 1.127,1 -22,5% 126,2% (-) Restituições -861,8 -1.856,1 -1.203,4 -35,2% 39,6% (-) Incentivos Fiscais 0,0 0,0 0,0 0,0 - - Receitas da Previdência Social 25.318,4 25.916,2 26.989,6 4,1% 6,6% Urbana 24.846,2 25.424,1 26.527,4 4,3% 6,8% Rural 472,2 492,1 462,2 -6,1% -2,1% Receitas do Banco Central 217,2 107,8 282,4 162,0% 30,0% 2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/ 21.770,9 22.489,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.047,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 - -100,0% Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0% - Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Royalties <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>-</td> <td>-95,4%</td>					-	-95,4%
(-) Restituições	• •				22.50/	126.20/
(-) Incentivos Fiscais Receitas da Previdência Social 25.318,4 25.916,2 26.989,6 4,1% 6,6% 10						
Receitas da Previdência Social 25.318,4 25.916,2 26.989,6 4,1% 6,6% Urbana 24.846,2 25.424,1 26.527,4 4,3% 6,8% Rural 472,2 492,1 462,2 -6,1% -2,1% Receitas do Banco Central 217,2 107,8 282,4 162,0% 30,0% 2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/ 21.770,9 22.489,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.047,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 - -100,0% Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0% - Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 <t< td=""><td>• •</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td>-35,2%</td><td>39,6%</td></t<>	• •		-	-	-35,2%	39,6%
Urbana 24.846,2 25.424,1 26.527,4 4,3% 6,8% Rural 472,2 492,1 462,2 -6,1% -2,1% Receitas do Banco Central 217,2 107,8 282,4 162,0% 30,0% 2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/ 21.770,9 22.489,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.047,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 - -100,0% Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0% - Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%	• •		-	-	4.19/	6.69/
Rural 472,2 492,1 462,2 -6,1% -2,1% Receitas do Banco Central 217,2 107,8 282,4 162,0% 30,0% 2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/ 21.770,9 22.489,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.047,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 - -100,0% Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0% - Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%				•		•
Receitas do Banco Central 217,2 107,8 282,4 162,0% 30,0% 2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/ 21.770,9 22.489,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.047,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 - -100,0% Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0% - Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%				•		
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/ 21.770,9 22.489,3 21.438,3 -4,7% -1,5% Transferências Constitucionais 17.047,6 16.509,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 - -100,0% Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0% - Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%			-	-		
Transferências Constitucionais 17.047,6 16.59,4 16.297,4 -1,3% -4,4% Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/ 162,5 0,0 0,0 - -100,0% Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0% - Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%				•		•
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 5/2 162,5 0,0 0,0 100,0% Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0% 200,0% Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%				•		
Transferências da Cide - Combustíveis 0,0 2,2 5,6 149,0%					-1,5/6	
Demais Transferências 4.560,8 5.977,7 5.135,3 -14,1% 12,6% Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%				-	1/10 00/	-100,0%
Salário Educação 0,0 1.811,9 1.567,5 -13,5% Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%	•					12 60/
Royalties 2.853,5 1.198,5 2.751,6 129,6% -3,6% Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%	•					12,0%
Fundef/Fundeb 1.670,8 2.911,3 773,1 -73,4% -53,7% Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%	•					2 60/
Outras 36,6 56,0 43,2 -22,8% 18,2%						
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2) 65.274,7 102.935,7 70.382,1 -31,6% 7,8%	Outras 3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)		•		•	7,8%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

^{2/} A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{3/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{4/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{5/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



	2014	201	15	Variaçã	ĭo (%)
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15	Fev/15
				Jan/15	Fev/14
1. RECEITA TOTAL	93.749,7	126.955,3	91.820,4	-27,7%	-2,1%
Receitas do Tesouro Nacional	66.247,4	100.613,8	64.548,5	-35,8%	-2,6%
Receita Bruta	67.175,6	102.492,6	65.751,8	-35,8%	-2,1%
Impostos	29.586,0	51.788,3	31.277,0	-39,6%	5,7%
IR	19.740,4	40.416,6	21.959,6	-45,7%	11,2%
IR - Pessoa Física IR - Pessoa Jurídica	1.193,8	1.291,8	1.000,6 9.706,8	-22,5%	-16,181%
	7.278,4	20.829,1	,	-53,4%	33,3636%
IR - Retido na Fonte IRRF - Rendimentos do Trabalho	11.268,1	18.295,7	11.252,1	-38,5%	-0,1417%
	6.756,4 2.502,7	10.691,7 3.948,8	6.811,1	-36,3%	0,8% 0,2%
IRRF - Rendimentos do Capital IRRF - Remessas ao Exterior	1.216,4	3.948,8 2.649,7	2.507,6 1.207,3	-36,5% -54,4%	-0,8%
IRRF - Outros Rendimentos	792,6	1.005,5	726,2	-34,4%	-8,4%
IPI	3.841,2	5.487,1	3.487,4	-36,4%	-9,2%
IPI - Fumo	157,4	1.570,9	151,7	-90,3%	-3,6%
IPI - Bebidas	334,2	292,8	274,1	-6,4%	-18,0%
IPI - Automóveis	322,5	353,4	306,5	-13,3%	-5,0%
IPI - Vinculado a importação	1.273,6	1.409,1	1.229,2	-12,8%	-3,5%
IPI - Outros	1.753,6	1.860,9	1.525,9	-18,0%	-13,0%
IOF	2.665,2	2.491,1	2.851,9	14,5%	7,0%
Imposto de Importação	3.321,7	3.373,0	2.964,7	-12,1%	-10,7%
Outros	17,6	20,5	13,5	-34,2%	-23,1%
Contribuições	27.497,8	38.735,4	27.655,5	-28,6%	0,6%
COFINS	16.517,6	18.319,9	15.921,2	-13,1%	-3,6%
CPMF	0,1	0,2	0,0	-76,3%	-39,9%
CSLL	3.890,7	11.517,5	4.912,1	-57,4%	26,3%
CIDE-Combustíveis	0,8	0,5	0,5	3,6%	-39,5%
Pis/Pasep	4.524,4	4.982,8	4.379,3	-12,1%	-3,2%
Salário Educação	1.483,5	2.644,3	1.532,3	-42,1%	3,3%
Outras ^{2/}	1.080,6	1.270,3	910,2	-28,3%	-15,8%
Demais	10.091,9	11.968,9	6.819,3	-43,0%	-32,4%
CPSS 3/	1.074,7	1.120,1	1.085,6	-3,1%	1,0%
Cota parte de compensações financeiras	2.110,9	4.783,4	1.194,4	-75,0%	,
Diretamente arrecadadas	3.240,2	4.288,6	3.221,3	-24,9%	-0,6%
Concessões	14,6	305,5	58,0	-81,0%	297,3%
Dividendos	3.114,8	0,0	132,9	-	-95,7%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	536,7	1.471,3	1.127,1	-23,4%	110,0%
(-) Restituições	-928,2	-1.878,8	-1.203,4	-35,9%	29,6%
(-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	-
Receitas da Previdência Social	27.268,3	26.232,4	26.989,6	2,9%	-1,0%
Urbana	26.759,8	25.734,3	26.527,4	3,1%	-0,9%
Rural	508,5	498,1	462,2	-7,2%	-9,1%
Receitas do Banco Central	233,9	109,1	282,4	158,8%	20,7%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/	23.447,6	22.763,7	21.438,3	-5,8%	-8,6%
Transferências Constitucionais	18.360,6	16.710,8	16.297,4	-2,5%	-11,2%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	175,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	2,3	5,6	146,0%	-
Demais Transferências	4.912,1	6.050,6	5.135,3	-15,1%	4,5%
Salário Educação	0,0	1.834,0	1.567,5	-14,5%	-
Royalties	3.073,2	1.213,2	2.751,6	126,8%	-10,5%
Fundef/Fundeb	1.799,5	2.946,8	773,1	-73,8%	-57,0%
Outras	39,4	56,6	43,2	-23,7%	9,7%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	70.302,0	104.191,6	70.382,1	-32,4%	0,1%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

^{2/} A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{3/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{4/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{5/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



	2014	2015	Variação (%)	
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15	
1. RECEITA TOTAL	212.107,3	217.245,5	Jan-Fev/14 2,4%	
Receitas do Tesouro Nacional	161.721,6	163.949,6	1,4%	
Receita Bruta	162.990,3	167.009,1	2,5%	
Impostos	77.807,5	82.441,1	6,0%	
IR	58.068,9	61.889,0	6,6%	
IR - Pessoa Física	2.444,7	2.276,9	-6,9%	
IR - Pessoa Jurídica	29.046,7	30.284,8	4,3%	
IR - Retido na Fonte	26.577,5	29.327,3	10,3%	
IRRF - Rendimentos do Trabalho	15.854,5	17.373,9	9,6%	
IRRF - Rendimentos do Capital	5.702,0	6.408,8	12,4%	
IRRF - Remessas ao Exterior	3.340,0	3.825,1	14,5%	
IRRF - Outros Rendimentos	1.681,0	1.719,6	2,3%	
IPI	8.542,6	8.908,3	4,3%	
IPI - Fumo	1.448,3	1.703,6	17,6%	
IPI - Bebidas	665,4	563,4	-15,3%	
IPI - Automóveis	645,0	655,6	1,6%	
IPI - Vinculado a importação	2.525,3	2.621,4	3,8%	
IPI - Outros	3.258,6	3.364,4	3,2%	
IOF	4.649,2	5.313,0	14,3%	
Imposto de Importação	6.510,6	6.297,0	-3,3%	
Outros	36,2	33,8	-6,8%	
Contribuições	63.183,4	65.924,1	4,3%	
COFINS	32.909,5	34.020,3	3,4%	
CPMF	0,2	0,2	-6,8%	
CSLL	15.281,5	16.290,8	6,6%	
CIDE-Combustíveis	1,5	0,9	-37,4%	
Pis/Pasep	9.027,5	9.302,0	3,0%	
Salário Educação	3.819,2	4.144,7	8,5%	
Outras ^{2/}	2.144,0	2.165,2	1,0%	
Demais	21.999,4	18.643,9	-15,3%	
CPSS ^{3/}	2.015,4	2.192,3	8,8%	
Cota parte de compensações financeiras	8.301,5	5.920,2	-28,7%	
Diretamente arrecadadas	6.932,6	7.458,1	7,6%	
Concessões	754,8	359,8	-52,3%	
Dividendos	2.892,1	132,9	-95,4%	
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-	
Outras	1.103,1	2.580,6	133,9%	
(-) Restituições	-1.267,1	-3.059,5	141,5%	
(-) Incentivos Fiscais	-1,6	0,0	-100,0%	
Receitas da Previdência Social	49.848,2	52.905,8	6,1%	
Urbana	48.924,4	51.951,6	6,2%	
Rural	923,8	954,2	3,3%	
Receitas do Banco Central	537,5	390,1	-27,4%	
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL ^{4/}	43.766,3	43.927,6	0,4%	
Transferências Constitucionais	33.098,4	32.806,8	-0,9%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	2.275,0	0,0	-100,0%	
Transferências da Cide - Combustíveis	116,1	7,8	-93,2%	
Demais Transferências	8.276,7	11.113,0	34,3%	
Salário Educação	1.631,6	3.379,4	107,1%	
Royalties	4.192,8	3.950,1	-5,8%	
Fundef/Fundeb	2.353,7	3.684,4	56,5%	
Outras	98,6	99,2	0,6%	
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	168.341,1	173.317,8	3,0%	

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

^{2/} A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{3/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{4/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{5/} Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).



	2014	2015	Variação (%)
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15
1. RECEITA TOTAL	229.372,7	218.775,7	Jan-Fev/14 -4,6%
Receitas do Tesouro Nacional	174.921,7	165.162,3	-5,6%
Receita Bruta	176.291,2	168.244,4	-4,6%
Impostos	84.174,1	83.065,3	-1,31725%
IR	62.836,5	62.376,2	-0,7%
IR - Pessoa Física	2.642,9	2.292,5	-13,3%
IR - Pessoa Jurídica	31.449,4	30.535,8	-2,9%
IR - Retido na Fonte	28.744,2	29.547,8	2,8%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	17.146,8	17.502,7	2,1%
IRRF - Rendimentos do Capital	6.166,2	6.456,4	4,7%
IRRF - Remessas ao Exterior	3.613,7	3.857,0	6,7%
IRRF - Outros Rendimentos	1.817,5	1.731,7	-4,7%
IPI	9.237,5	8.974,5	-2,8%
IPI - Fumo	1.569,5	1.722,6	9,8%
IPI - Bebidas	719,3	566,9	-21,2%
IPI - Automóveis	697,2	659,8	-5,4%
IPI - Vinculado a importação	2.729,8	2.638,3	-3,3%
IPI - Outros	3.521,7	3.386,8	-3,8%
IOF	5.023,4	5.343,0	6,4%
Imposto de Importação	7.037,5	6.337,6	-9,9%
Outros	39,2	34,0	-13,1%
Contribuições	68.329,5	66.391,0	-2,8370%
COFINS	35.574,7	34.241,1	-3,7%
CPMF	0,2	0,2	-13,1%
CSLL	16.545,2	16.429,6	-0,7%
CIDE-Combustíveis	1,6	1,0	-41,8%
Pis/Pasep	9.758,6	9.362,0	-4,1%
Salário Educação	4.131,5	4.176,6	1,1%
Outras ^{2/}	2.317,7	2.180,5	-5,9%
Demais	23.787,6	18.788,2	-21,0%
CPSS 3/	2.178,1	2.205,8	1,3%
Cota parte de compensações financeiras	8.988,0	5.977,9	-33,5%
Diretamente arrecadadas	7.495,6	7.509,8	0,2%
Concessões	818,5	363,4	-55,6%
Dividendos	3.114,8	132,9	-95,7%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	1.192,6	2.598,4	117,9%
(-) Restituições	-1.367,7	-3.082,2	125,4%
(-) Incentivos Fiscais	-1,7	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	53.869,7	53.222,0	-1,2%
Urbana	52.871,4	52.261,7	-1,2%
Rural	998,3	960,2	-3,8%
Receitas do Banco Central	581,3	391,4	-32,7%
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL 4/	47.300,5	44.202,0	-6,6%
Transferências Constitucionais	35.766,9	33.008,2	-7,7%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ^{5/}	2.465,9	0,0	-100,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	125,9	7,9	-93,7%
Demais Transferências	8.941,8	11.186,0	25,1%
Salário Educação	1.769,4	3.401,5	92,2%
Royalties	4.525,7	3.964,7	-12,4%
Fundef/Fundeb	2.540,1	3.719,9	46,4%
Outras	106,6	99,9	-6,4%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	182.072,2	174.573,7	-4,1%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

^{2/} A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{3/} Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

^{4/} Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

 $^{5/\,\}text{Lei Complementar}\,\,n^{\varrho}\,87/1996\,(\text{at\'e}\,2003)\,e\,\text{Aux\'ilio Financeiro}\,a\,\text{Estados}\,decorrente\,da\,\text{Lei Complementar}\,\,n^{\varrho}\,115/2002\,(\text{de}\,2003\,a\,2006).$

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Mensal R\$ Milhões - A Preços Correntes



	2014	20:	15	Variaçã	o (%)
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15 Jan/15	Fev/15 Fev/14
DIVIDENDOS	2.892,1	0,0	132,9	-	-95,4%
Banco do Brasil	192,1	0,0	132,9	-	-30,8%
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	2.000,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Caixa	700,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	0,0	0,0	-	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	0,0	0,0	0,0	-100,0%	-100,0%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.1-A Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Mensal R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2015 (IPCA)



	2014	20:	15	Variaçã	o (%)
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15 Jan/15	Fev/15 Fev/14
DIVIDENDOS	3.114,8	0,0	132,9	-	-95,7%
Banco do Brasil	206,9	0,0	132,9	-	-35,7%
BNB	0,0	0,0	0,0	-	-
BNDES	2.154,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Caixa	753,9	0,0	0,0	-	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	0,0	0,0	0,0	-	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais	0,0	0,0	0,0	-100,0%	-100,0%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões - A Preços Correntes



	2014	2015	Variação (%)
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15 Jan-Fev/14
DIVIDENDOS	2.892,1	132,9	-95,4%
Banco do Brasil	192,1	132,9	-30,8%
BNB	0,0	0,0	-
BNDES	2.000,0	0,0	-100,0%
Caixa	700,0	0,0	-100,0%
Correios	0,0	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	-
Demais	0,0	0,0	-89,5%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2-A Dividendos pagos à União ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões - A Preços de Fevereiro de 2015 (IPCA)



	2014	2015	Variação (%)
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15 Jan-Fev/14
DIVIDENDOS	3.114,8	132,9	-95,7%
Banco do Brasil	206,9	132,9	-35,7%
BNB	0,0	0,0	-
BNDES	2.154,0	0,0	-100,0%
Caixa	753,9	0,0	-100,0%
Correios	0,0	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	-
Demais	0,0	0,0	-90,2%

^{1/} Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.



	2014	201	5	Variação (%)		
Discriminação				Fev/15	Fev/15	
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Jan/15	Fev/14	
DESPESA TOTAL	68.391,2	92.484,5	77.739,9	-15,9%	13,7%	
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	40.251,3	60.668,4	44.614,7	-26,5%	10,8%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	16.468,9 28,4	20.065,8 239,7	17.555,5 81,4	-12,5% -66,0%	6,6% 186,8%	
Custeio e Capital	23.605,3	40.540,8	26.842,3	-33,8%	13,7%	
Despesa do FAT	1.471,3	4.773,0	2.509,9	-47,4%	70,6%	
Abono e Seguro Desemprego	1.432,9	4.756,4	2.494,7	-47,6%	74,1%	
Demais Despesas do FAT	38,3	16,6	15,2	-8,1%	-60,2%	
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	222,8	1.085,5	1.228,1	13,1%	451,2%	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-153,0	657,8	520,1	-20,9%	-	
Equalização de custeio agropecuário	0,0	1,0	81,4	-	-	
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/} Política de preços agrícolas	0,0 -66,5	0,0 0,0	13,2 38,1	-	-	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	_	_	
Equalização Aquisições do Governo Federal	-66,5	0,0	18,1	-	-	
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	20,0	-	-	
Pronaf	-0,9	-1,0	126,8	-	-	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,2	127,1	-	-	
Concessão de Financiamento ^{6/}	-0,9	-1,2	-0,4	-69,2%	-57,5%	
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	-	
Proex	-147,0	2,3	100,4	-	-	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	49,1	60,2	22,8%	-	
Concessão de Financiamento ^{6/} Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{7/}	-147,0 0,0	-46,7 221,6	40,2 0,0	-100,0%	-	
Álcool	0,0	0,0	24,7	-100,0%	-	
Cacau	0,0	0,0	0,0	_	_	
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-	
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-	
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-6,7	-10,8	0,4	-	-	
Funcafé	11,5	3,5	14,4	315,7%	25,3%	
Revitaliza	0,0	1,2	0,0	-100,0%	-	
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	78,1	12,6	-83,8%	-	
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	262,4	0,0	-100,0%	-	
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/	0,0	0,0 0,0	2,9	-	-	
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/} Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-	
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	_	-	
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	100,0	100,0	0,0%	-	
Subvenções Econômicas	56,6	0,0	0,0	-	-100,0%	
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	5,2	-	-	
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	-	
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{12/}	0,0	-0,6	-0,1	-91,1%	-	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	375,8	427,8	708,0	65,5%	88,4%	
Beneficios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/	2.717,0	3.436,0	3.503,6	2,0%	29,0%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios 10/	0,0	121,9	46,4	-61,9%	-	
Capitalização da Petrobras Auxílio à CDE	0,0 363,1	0,0 1.250,0	0,0	-100,0%	-100,0%	
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.831,1	29.996,2	19.600,7	-34,7%	4,1%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	18,4	271,4	69,4	-74,4%	278,0%	
Legislativo	136,9	130,7	118,9	-9,0%	-13,1%	
Judiciário	591,9	567,5	676,2	19,1%	14,2%	
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	441,7	193,0	87,0	-54,9%	-80,3%	
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	3.832,0	4.738,5	2.729,9	-42,4%	-28,8%	
Fundo Constitucional DF	119,0	734,3	604,4	-17,7%	408,1%	
Outras Obrigatórias 10/	120,6	604,5	661,9	9,5%	448,9%	
Discricionárias	12.586,2	21.081,3	13.008,3	-38,3%	3,4%	
Compensação RGPS ^{11/} Transferência do Tesouro ao Banco Central	984,5 177,1	1.675,0 61,9	1.644,6 216,9	-1,8% 250,6%	67,1% 22,4%	
Benefícios Previdenciários	27.898,6	31.567,8	32.865,0	4,1%	17,8%	
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	21.983,6	24.363,6	25.446,5	4,4%	15,8%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	13,1	569,9	200,3	-64,8%	-	
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	5.915,0	7.204,2	7.418,5	3,0%	25,4%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	3,5	169,5	58,8	-65,3%	-	
Despesas do Banco Central	241,28	248,31	260,13	4,8%	7,8%	
Memo:			0,00			
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.223,2	1.457,4	1.294,5	-11,2%	5,8%	
RMV ^{8/} Obs.: Dados sujeitos a alteração.	125,2	121,5	139,6	14,9%	11,5%	

^{1/}Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{2/} Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos. 5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

^{6/} Concessão de empréstimos menos retornos.

^{7/} Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

^{8/} Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

^{9/} Lei Orgánica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalicia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

^{12/} Receitas referentes a devolução de diferencial de encargo tomador, a atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.



	2014 2015		Variação (%)		
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15 Jan/15	Fev/15 Fev/14
DESPESA TOTAL	73.658,6	93.612,8	77.739,9	-17,0%	5,5%
Despesas do Tesouro	43.351,4	61.408,6	44.614,7	-27,3%	2,9%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	17.737,3	20.310,6	17.555,5	-13,6%	-1,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	30,6	242,6	81,4	-66,4%	166,3%
Custeio e Capital	25.423,3	41.035,4	26.842,3	-34,6%	5,6%
Despesa do FAT Abono e Seguro Desemprego	1.584,6 1.543,3	4.831,3 4.814,5	2.509,9 2.494,7	-48,0% -48,2%	58,4% 61,6%
Demais Despesas do FAT	41,3	16,8	15,2	-9,2%	-63,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	240,0	1.098,8	1.228,1	11,8%	411,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-164,8	665,8	520,1	-21,9%	-
Equalização de custeio agropecuário	0,0	1,0	81,4	-	-
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	0,0	0,0	13,2	-	-
Política de preços agrícolas	-71,6	0,0	38,1	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	-	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	-71,6	0,0	18,1	-	-
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	20,0	-	-
Pronaf Equalização Empréstimo do Governo Federal	-0,9 0,0	-1,0 0,2	126,8	-	-
Concessão de Financiamento ^{6/}	-0,9	-1,2	127,1 -0,4	-69,5%	-60,6%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-05,576	-00,076
Proex	-158,3	2,4	100,4	-	_
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	49,7	60,2	21,3%	-
Concessão de Financiamento ^{6/}	-158,3	-47,3	40,2	-	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 7/	0,0	224,3	0,0	-100,0%	-
Álcool	0,0	0,0	24,7	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-7,2	-11,0	0,4	-	-
Funcafé Desiration	12,4	3,5	14,4	310,6%	16,3%
Revitaliza Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,0	1,3 79,0	0,0 12,6	-100,0% -84,0%	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	265,6	0,0	-100,0%	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/	0,0	0,0	2,9	-	_
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	101,2	100,0	-1,2%	-
Subvenções Econômicas	61,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	5,2	-	-
Sudene	0,0	0,0	0,0		
Receitas de Recuperação de Subvenções 12/	0,0	-0,6	-0,1		
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	404,7	433,0	708,0	63,5%	74,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ^{9/} d/a Sentencas Judiciais e Precatórios ^{10/}	2.926,3 0,0	3.477,9 123,4	3.503,6 46,4	0,7% -62,4%	19,7%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	_
Auxílio à CDE	391,1	1.265,3	0,0	-100,0%	-100,0%
Outras Despesas de Custeio e Capital	20.281,4	30.362,2	19.600,7	-35,4%	-3,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	19,8	274,8	69,4	-74,7%	250,9%
Legislativo	147,5	132,3	118,9	-10,1%	-19,4%
Judiciário	637,5	574,5	676,2	17,7%	6,1%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	475,7	195,3	87,0	-55,5%	-81,7%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.127,1	4.796,3	2.729,9	-43,1%	-33,9%
Fundo Constitucional DF	128,1	743,3	604,4	-18,7%	371,8%
Outras Obrigatórias 10/	129,9	611,8	661,9	8,2%	409,6%
Discricionárias Compensação RGPS ^{11/}	13.555,5	21.338,5	13.008,3	-39,0%	-4,0%
Compensação коръ Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.060,3 190,8	1.695,5 62,6	1.644,6 216,9	-3,0% 246,4%	55,1% 13,7%
Benefícios Previdenciários	30.047,3	31.952,9	32.865,0	2,9%	9,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	23.676,7	24.660,9	25.446,5	3,2%	7,5%
Sentenças Judiciais e Precatórios	14,1	576,9	200,3	-65,3%	-
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	6.370,6	7.292,1	7.418,5	1,7%	16,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	3,8	171,6	58,8	-65,7%	-
Despesas do Banco Central	259,86	251,33	260,13	3,5%	0,1%
Memo:	0,00	0,00	0,00	=	=
Parcela patronal da CPSS ^{2/}	1.317,4	1.475,2	1.294,5	-12,3%	-1,7%
RMV ^{8/} Obs.: Dados sujeitos a alteração.	134,8	123,0	139,6	13,5%	3,6%

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{2/} Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos. 5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

^{6/} Concessão de empréstimos menos retornos.

^{7/} Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

^{8/} Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos re 9 (Jeb Orgánica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalicia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios 10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.



	2014	2015	Variação (%)	
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15 Jan-Fev/14	
DESPESA TOTAL	158.421,3	170.224,4	7,5%	
Despesas do Tesouro	100.923,4	105.283,2	4,3%	
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	35.666,3	37.621,3	5,5%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	487,9	321,2	-34,2%	
Custeio e Capital	64.797,2	67.383,1	4,0%	
Despesa do FAT Abono e Seguro Desemprego	7.135,0 7.053,3	7.282,9 7.251,1	2,1% 2,8%	
Demais Despesas do FAT	81,7	31,8	-61,1%	
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	1.424,3	2.313,6	62,4%	
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	657,7	1.177,8	79,1%	
Equalização de custeio agropecuário	19,8	82,4	315,9%	
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	2,0	13,2	560,7%	
Política de preços agrícolas	187,6	38,1	-79,7%	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,0	-100,0%	
Equalização Aquisições do Governo Federal	172,5	18,1	-89,5%	
Garantia à Sustentação de Preços Pronaf	15,0 29,0	20,0 125,8	33,3% 333,8%	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	20,4	127,4	523,7%	
Concessão de Financiamento ^{6/}	8,6	-1,6	525,770	
Aquisição	0,0	0,0	-	
Proex	0,5	102,7	-	
Equalização Empréstimo do Governo Federal	122,6	109,3	-10,8%	
Concessão de Financiamento ^{6/}	-122,0	-6,6	-94,6%	
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 7/	272,9	221,6	-18,8%	
Álcool	0,0	24,7	-	
Cacau	0,0	0,0	-	
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-	
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995) Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	0,0	0,0	- 20.29/	
Funcafé Funcafé	-14,7 25,3	-10,4 17,9	-29,2% -29,3%	
Revitaliza	0,0	1,2	-23,376	
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	16,0	90,7	467,4%	
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	12,5	262,4	-	
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/	0,0	2,9	-	
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) 6/	0,0	0,0	-	
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	-	
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-	
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	50,1	200,0	299,5%	
Subvenções Econômicas	56,6	0,0	-100,0%	
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO Sudene	0,0	5,2	-	
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{12/}	0,0	0,0 -0,6	-	
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	766,6	1.135,8	48,1%	
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/	5.818,4	6.939,7	19,3%	
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	148,4	168,4	13,5%	
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-	
Auxílio à CDE	1.051,8	1.250,0	18,8%	
Outras Despesas de Custeio e Capital	49.367,5	49.596,9	0,5%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	70,1	340,8	386,1%	
Legislativo	275,2	249,6	-9,3%	
Judiciário	1.169,0	1.243,8	6,4%	
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC) Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.004,2 11.065,6	280,0 7.468,5	-72,1% -32,5%	
Fundo Constitucional DF	195,4	1.338,7	585,2%	
Outras Obrigatórias ^{10/}	291,9	1.266,3	333,8%	
Discricionárias	33.343,3	34.089,6	2,2%	
Compensação RGPS 11/	1.952,8	3.319,7	70,0%	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	459,9	278,8	-39,4%	
Benefícios Previdenciários	57.023,7	64.432,8	13,0%	
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	44.490,3	49.810,2	12,0%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.001,5	770,3	-23,1%	
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	12.533,4	14.622,6	16,7%	
Sentenças Judiciais e Precatórios	296,0	228,3	-22,9%	
Despesas do Banco Central	474,2	508,4	7,2%	
Memo: Parcela patronal da CPSS ^{2/}	2.585,4	0,0 2.751,9	6,4%	
RMV ^{8/}	266,4	261,2	-2,0%	
Obs.: Dados sujeitos a alteração.	,	,-		

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos 5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais"

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

R/Operações de crédito directionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios. 10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

12/ Receitas referentes a devolução de diferencial de encargo tomador, a atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores



	2014	2015	Variação (%)
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15 Jan-Fev/14
DESPESA TOTAL	171.291,6	171.352,7	0,0%
Despesas do Tesouro	109.147,1	106.023,3	-2,9%
Pessoal e Encargos Sociais ^{2/}	38.555,8	37.866,1	-1,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	528,9	324,1	-38,7%
Custeio e Capital	70.093,8	67.877,7	-3,2%
Despesa do FAT	7.726,7 7.638,3	7.341,2 7.309,1	-5,0%
Abono e Seguro Desemprego Demais Despesas do FAT	88,3	32,0	-4,3% -63,7%
Subsídios e Subvenções Econômicas ^{4/}	1.543,0	2.326,8	50,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	714,4	1.185,8	66,0%
Equalização de custeio agropecuário	21,5	82,4	283,6%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{5/}	2,2	13,2	509,2%
Política de preços agrícolas	204,0	38,1	-81,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,0	-100,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	187,5	18,1	-90,3%
Garantia à Sustentação de Preços	16,3	20,0	23,0%
Pronaf	31,5 22,2	125,8 127,4	299,9% 475,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal Concessão de Financiamento ^{6/}	9,3	-1,6	4/3,1%
Aquisição	0,0	0,0	-
Proex	1,7	102,7	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	132,9	109,9	-17,3%
Concessão de Financiamento ^{6/}	-131,2	-7,1	-94,6%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) 7/	295,9	224,3	-24,2%
Álcool	0,0	24,7	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{6/}	-15,9	-10,5	-33,7%
Funcafé Revitaliza	27,4	18,0	-34,5%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	17,3	1,3 91,6	428,7%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	13,6	265,6	420,770
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) 8/	0,0	2,9	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ^{6/}	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	54,3	201,2	270,6%
Subvenções Econômicas	61,0	0,0	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	5,2	-
Sudene	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções 12/ Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	0,0 828,6	-0,7 1.141,0	- 37,7%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) 9/	6.289,6	6.981,6	11,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	160,9	169,8	5,6%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-,
Auxílio à CDE	1.137,9	1.265,3	11,2%
Outras Despesas de Custeio e Capital	53.396,6	49.962,8	-6,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	75,9	344,1	353,4%
Legislativo	297,5	251,2	-15,6%
Judiciário	1.263,3	1.250,7	-1,0%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	1.085,7	282,3	-74,0%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	11.971,6	7.526,3	-37,1%
Fundo Constitucional DF Outras Obrigatórias ^{10/}	211,0 315,7	1.347,7 1.273,7	538,7% 303,5%
Discricionárias	36.065,6	34.346,8	-4,8%
Compensação RGPS ^{11/}	2.110,4	3.340,1	-4,8% 58,3%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	497,5	279,5	- 43,8 %
Benefícios Previdenciários	61.632,0	64.817,9	5,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	48.084,1	50.107,4	4,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.086,0	777,2	-28,4%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	13.547,8	14.710,5	8,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios	321,0	230,3	-28,2%
Despesas do Banco Central	512,5	511,5	-0,2%
Memo:	0,0	0,0	-
Parcela patronal da CPSS ^{2/} RMV ^{8/}	2.794,6 288,0	2.769,7 262,7	-0,9% -8,8%
Obs.: Dados sujeitos a alteração.	200,0	202,1	-0,0/0

^{1/}Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

^{2/} Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

^{4/} Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos. 5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

^{6/} Concessão de empréstimos menos retornos.

^{7/} Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

R/Operações de crédito directionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

^{9/} Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios. 10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

^{11/} Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão $^{1/}$ - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões - A Preços Correntes



			Jan-Fe	v/2014					Jan-Fe	ev/2015		
	Dotação			Des	spesas pagas no ar	no ^{2/}	Dotação			Des	pesas pagas no ar	10 ^{2/}
Discriminação	autorizada no	Despesa empenhada	Despesa Executada	Valor pago do			autorizada no	Despesa empenhada	Despesa Executada	Valor pago do		
	ano	empennaua	Executada	exercício	pagos 3/	Total	ano ^{4/}	empemaua	Executada	exercício	pagos 3/	Total
INVESTIMENTO TOTAL	100.236.554,1	9.039.853,0	548.158,8	349.810,8	14.777.043,7	15.126.031,2	35.282.867,5	1.090.595,7	108.818,7	66.086,3	11.129.952,8	11.196.039,1
Câmara dos Deputados	240.937,2	4.555,3	240,9	240,9	6.495,8	6.736,8	84.695,5	6.720,9	597,3	0,0	11.413,7	11.413,7
Senado Federal	69.831,6	3.856,3	0,0	0,0	521,2	521,2	22.406,7	1.061,9	15,0	15,0	10.152,5	10.167,5
Tribunal de Contas da União	63.914,2	5.869,9	13,2	13,2	16.068,4	16.081,6	17.903,7	1.870,4	179,9	173,9	19.144,0	19.317,9
Supremo Tribunal Federal	39.357,6	1.950,8	214,5	214,5	2.484,6	2.699,1	15.888,1	0,0	0,0	0,0	685,6	685,6
Superior Tribunal de Justiça	46.704,0	153,7	0,6	0,6	1.827,2	1.827,9	18.807,9	1.620,0	0,0	0,0	4.206,4	4.206,4
Justiça Federal	415.263,3	140.578,0	731,6	726,6	30.622,5	31.349,1	121.949,2	3.549,5	280,4	262,4	33.006,2	33.268,6
Justiça Militar	19.498,2	289,6	11,6	11,6	741,0	752,7	5.355,0	109,7	0,0	0,0	1.962,8	1.962,8
Justiça Eleitoral	320.871,0	23.603,7	95,7	95,5	16.036,4	16.131,9	338.251,8	20.764,4	26,1	8,6	22.407,7	22.416,3
Justiça do Trabalho	647.854,5	13.481,4	507,4	457,7	41.552,1	42.009,8	155.000,4	3.923,8	218,8	203,9	53.389,1	53.593,0
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	56.850,7	5.439,7	7,1	0,0	5.006,6	5.006,6	24.352,2	1.224,1	0,0	0,0	6.790,3	6.790,3
Conselho Nacional de Justiça	69.598,1	908,9	0,0	0,0	1.117,8	1.117,8	20.261,5	0,0	0,0	0,0	2.169,9	2.169,9
Presidência da República 5/	4.131.290,7	29.707,1	122,4	121,0	375.515,9	375.636,9	1.375.261,1	328,7	0,0	0,0	390.245,4	390.245,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	742.604,9	204.713,7	29,9	29,9	1.190,3	1.220,2	339.588,3	0,0	0,0	0,0	5.112,3	5.112,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.163.658,7	0,0	0,0	0,0	72.118,6	72.118,6	235.453,3	0,0	0,0	0,0	182.482,5	182.482,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.429.757,8	229.836,3	45.899,6	1.499,2	83.706,8	85.205,9	315.598,5	0,0	0,0	0,0	133.081,9	133.081,9
Ministério da Fazenda	1.644.981,8	117.060,6	14.393,9	14.393,9	103.876,4	118.270,2	421.140,1	3.687,9	0,0	0,0	107.354,7	107.354,7
Ministério da Educação	14.117.077,4	597.133,1	36.803,7	19.753,6	1.869.469,3	1.889.222,9	4.650.910,1	336.371,4	32.755,0	2.464,9	1.155.511,7	1.157.976,7
Ministério do Desenvolvimento. Indústria e Comércio Exterior	167.509.0	6.885,6	3.713,6	3.713.6	6.145,8	9.859,4	74.706,0	0,0	0,0	0,0	10.998,4	10.998,4
Defensoria Pública da União	19.387,5	17,7	0,0	0,0	790,0	0,0	33.230,0	2.034,0	0,0	0,0	8.307,5	8.307,5
Ministério da Justica	1.966.401,0	61.293,3	85,7	30,7	364.109,3	364.140,0	454.475,8	0,0	0,0	0,0	88.341,4	88.341,4
Ministério de Minas e Energia	147.236,6	157.102,9	95,0	19,5	17.262,1	17.281,6	36.053,1	0,0	0,0	0,0	18.803,2	18.803,2
Ministério da Previdência Social	147.841,6	58.544,2	426,5	1,5	17.856,4	17.857,9	33.877,8	0,0	0,0	0,0	8.241,8	8.241,8
Ministério Público da União	352.414,8	6.786,3	56,1	56,1	27.657,1	27.713,2	49.020,3	1.307,5	1.093,2	1.028,1	20.344,9	21.373,0
Ministério das Relações Exteriores	30.211,3	4.096,8	973,4	973,4	742,7	1.716,1	9.223,9	19,9	0,0	0,0	3.111,1	3.111,1
Ministério da Saúde	9.961.818,8	309.055,7	20.602,6	19.881,9	1.035.393,2	1.055.275,1	4.375.316,8	158.419,9	59.799,2	49.654,3	457.294,8	506.949,1
Ministério da Jadde Ministério do Trabalho e Emprego	107.791,2	1.000,5	350,8	333,4	6.289,9	6.623,3	37.885,5	0,0	0,0	0,0	3.003,3	3.003,3
Ministério do Transportes	15.827.880,4	2.044.205,7	13.792,4	4.177,3	2.978.215,6	2.982.392,9	4.667.401,1	528.190,7	13.762,3	12.183,7	2.456.006,3	2.468.190,1
Ministério das Comunicações	277.946,2	220.600,0	0,0	0,0	14.293,4	14.293,4	338.152,2	0,0	0,0	0,0	1.039,1	1.039,1
•	515.716,7	1.622,3		0,0	95.375,9	95.375,9	·	3.500,0	0,0	0,0	30.155,7	30.155,7
Ministério da Cultura	,	·	2,8			,	95.169,3	•		,	,	•
Ministério do Meio Ambiente	406.845,9	6.030,5	145,2	145,2	8.250,4	8.395,5	93.942,6	0,0	0,0	0,0	10.260,9	10.260,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.889.224,1	46.675,4	221,3	0,0	989.319,5	989.319,5	1.511.391,5	0,0	0,0	0,0	84.157,4	84.157,4
Ministério do Esporte	1.408.375,7	653,3	0,0	0,0	73.304,3	73.304,3	681.624,2	0,0	0,0	0,0	249.176,9	249.176,9
Ministério da Defesa	9.389.760,1	3.795.398,6	394.209,6	270.037,0	2.589.046,1	2.859.083,1	5.444.569,3	13.406,2	91,5	91,5	1.268.904,3	1.268.995,8
Ministério da Integração Nacional	7.632.545,5	636.498,9	14.399,1	12.874,5	657.011,6	669.886,0	1.588.447,6	2.485,0	0,0	0,0	844.660,0	844.660,0
Ministério do Turismo	1.071.580,6	5.073,4	2,4	2,4	64.456,8	64.459,1	146.120,0	0,0	0,0	0,0	134.683,6	134.683,6
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	894.083,7	561,5	0,0	0,0	170.838,9	170.838,9	139.400,9	0,0	0,0	0,0	42.556,8	42.556,8
Ministério das Cidades	22.573.015,0	295.877,8	8,9	6,3	3.031.281,9	3.031.288,2	7.278.891,6	0,0	0,0	0,0	3.250.009,5	3.250.009,5
Ministério da Pesca e Agricultura	190.136,7	4,6	1,4	0,0	923,6	923,6	16.778,2	0,0	0,0	0,0	329,6	329,6
Conselho Nacional do Ministério Público	7.180,0	1,6	0,0	0,0	94,9	94,9	1.033,3	0,0	0,0	0,0	62,1	62,1
Advocacia Geral da União	31.600,0	2.728,3	0,0	0,0	33,3	0,0	13.333,3	0,0	0,0	0,0	387,3	387,3

^{1/} Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

^{2/} Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

^{3/} Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

^{4/} Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

^{5/} Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Execução Financeira do Tesouro Nacional $^{1/2/}$ - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2014	20:	15	Variação (%)		
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15	Fev/15	
	revereno	Janeiro	revereno	Jan/15	Fev/14	
FLUXO FISCAL						
1. RECEITAS	116.868,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
1.1. Recolhimento Bruto	87.956,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
1.2. (-) Incentivos Fiscais	0,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	1.682,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
1.4. Receita das Operações de Crédito	232,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
1.5. Receita do Salário Educação	1.529,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	25.466,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
2. DESPESAS	121.855,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
2.1. Liberações Vinculadas	31.735,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
Transferências a Fundos Constitucionais	18.185,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Demais transferências a Estados e Municípios	5.132,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	162,5	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Outras Vinculações	8.253,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
2.2. Liberações Ordinárias	90.120,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
Pessoal e Encargos Sociais	18.255,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Encargos da Dívida Contratual	44,1	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Dívida Contratual Interna	40,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Dívida Contratual Externa	3,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Encargos da DPMF - Mercado	13.110,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Benefícios Previdenciários	28.185,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Custeio e Investimento	30.507,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Operações Oficiais de Crédito	16,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Restos a Pagar	0,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-4.987,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	
FLUXO DE FINANCIAMENTO						
4. RECEITAS	29.322,7	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	26.186,9	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
4.2. Outras Operações de Crédito	3.135,7	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
5. DESPESAS	4.030,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
5.1. Amortização da Dívida Interna	4.025,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
Resgate de Títulos - Mercado	3.835,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.o	
Dívida Contratual	189,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.o	
5.2. Amortização da Dívida Externa	5,8	n.d.	n.d.	n.d.	n.o	
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.o	
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	22.162,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	9.227,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.c	
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	29.532,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d	

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

^{1/} Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

^{2/} Essa tabela foi descontinuada a partir de 2015 e será mantida como referência para o período de janeiro de 1997 a dezembro de 2014 nas séries históricas disponíveis no sítio eletrônico da STN.

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional $^{1/2/}$ - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



	2014	2015	Variação (%)
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15
FLUXO FISCAL			Jan-Fev/14
1. RECEITAS	214.330,9	n.d.	n.d.
1.1. Recolhimento Bruto	155.884,8	n.d.	n.d.
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-1,6	n.d.	n.d.
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	3.371,2	n.d.	n.d.
1.4. Receita das Operações de Crédito	601,3	n.d.	n.d.
1.5. Receita do Salário Educação	4.245,4	n.d.	n.d.
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	50.229,8	n.d.	n.d.
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	n.d.	n.d.
2. DESPESAS	232.212,7	n.d.	n.d.
2.1. Liberações Vinculadas	58.732,0	n.d.	n.d.
Transferências a Fundos Constitucionais	35.302,6	n.d.	n.d.
Demais transferências a Estados e Municípios	7.480,9	n.d.	n.d.
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	2.275,0	n.d.	n.d.
Outras Vinculações	13.673,5	n.d.	n.d.
2.2. Liberações Ordinárias	173.480,7	n.d.	n.d.
Pessoal e Encargos Sociais	38.090,7	n.d.	n.d.
Encargos da Dívida Contratual	1.393,7	n.d.	n.d.
Dívida Contratual Interna	83,3	n.d.	n.d.
Dívida Contratual Externa	1.310,5	n.d.	n.d.
Encargos da DPMF - Mercado	24.916,1	n.d.	n.d.
Benefícios Previdenciários	46.434,9	n.d.	n.d.
Custeio e Investimento	61.540,3	n.d.	n.d.
Operações Oficiais de Crédito	1.105,0	n.d.	n.d.
Restos a Pagar	0,0	n.d.	n.d.
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-17.881,7	n.d.	n.d.
FLUXO DE FINANCIAMENTO			
4. RECEITAS	75.533,9	n.d.	n.d.
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	69.885,6	n.d.	n.d.
4.2. Outras Operações de Crédito	5.648,3	n.d.	n.d.
5. DESPESAS	123.281,5	n.d.	n.d.
5.1. Amortização da Dívida Interna	123.246,4	n.d.	n.d.
Resgate de Títulos - Mercado	122.864,9	n.d.	n.d.
Dívida Contratual	381,5	n.d.	n.d.
5.2. Amortização da Dívida Externa	35,2	n.d.	n.d.
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	n.d.	n.d.
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-53.360,7	n.d.	n.d.
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-16.893,2	n.d.	n.d.
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-82.522,6	n.d.	n.d.

^{1/} Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

^{2/} Essa tabela foi descontinuada a partir de 2015 e será mantida como referência para o período de janeiro de 1997 a dezembro de 2014 nas séries históricas disponíveis no sítio eletrônico da STN.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/2/} - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2014	201	5	Variação	ariação (%)	
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15 Jan/15	Fev/15 Fev/14	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	15.427,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Emissão de Títulos	9.858,4	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Remuneração das Disponibilidades	5.034,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	535,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Resultado do Banco Central	0,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
2. DESPESAS NO BACEN	6.200,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Resgate de Títulos	0,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
Encargos da DPMF	6.200,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	
3. RESULTADO (1 - 2)	9.227,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	

^{1/} Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

^{2/} Essa tabela foi descontinuada a partir de 2015 e será mantida como referência para o período de janeiro de 1997 a dezembro de 2014 nas séries históricas disponíveis no sítio eletrônico da STN.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central $^{1/2/}$ - Brasil - Acumulado no Ano R\$ Milhões



	2014	2015	Variação (%)
Discriminação	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/15 Jan-Fev/14
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	54.306,8	n.d.	n.d.
Emissão de Títulos	43.675,1	n.d.	n.d.
Remuneração das Disponibilidades	9.601,1	n.d.	n.d.
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.030,6	n.d.	n.d.
Resultado do Banco Central	0,0	n.d.	n.d.
2. DESPESAS NO BACEN	71.200,0	n.d.	n.d.
Resgate de Títulos	60.000,0	n.d.	n.d.
Encargos da DPMF	11.200,0	n.d.	n.d.
3. RESULTADO (1 - 2)	-16.893,2	n.d.	n.d.

^{1/} Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.

^{2/} Essa tabela foi descontinuada a partir de 2015 e será mantida como referência para o período de janeiro de 1997 a dezembro de 2014 nas séries históricas disponíveis no sítio eletrônico da STN.

Tabela 8.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal R\$ Milhões



	2014		15	Variação (%)		
Discriminação	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/15	Fev/15	
	070.040.4		1.110.700.0	Jan/15	Fev/14	
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	878.842,1	1.111.320,2	1.118.568,8	0,7%	27,3%	
Dívida Interna	2.921.341,0	3.179.851,2	3.274.428,8	3,0%	12,1%	
DPMFi em Poder do Público ^{1/}	1.974.818,2	2.137.948,2	2.213.354,7	3,5%	12,1%	
LFT	416.234,3	435.732,3	456.502,5	4,8%	9,7%	
LTN	600.075,1	616.444,1	656.252,0	6,5%	9,4%	
NTN-B	659.728,9	729.028,0	734.013,4	0,7%	11,3%	
NTN-C	68.697,9	70.871,1	71.546,6	1,0%	4,1%	
NTN-F	194.115,3	247.227,7	255.514,0	3,4%	31,6%	
Dívida Securitizada	7.497,1	6.944,1	6.903,4	-0,6%	-7,9%	
Demais Títulos em Poder do Público	28.469,5	31.701,0	32.622,8	2,9%	14,6%	
DPMFi em Poder do Banco Central	969.810,4	1.066.053,6	1.084.796,5	1,8%	11,9%	
LFT	200.687,2	168.437,8	171.951,8	2,1%	-14,3%	
LTN	319.004,4	366.585,7	379.029,0	3,4%	18,8%	
Demais Títulos na Carteira do BCB	450.118,8	531.030,0	533.815,7	0,5%	18,6%	
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-27.218,9	-32.929,3	-32.456,3	-1,4%	19,2%	
Demais Obrigações Internas	3.931,3	8.778,7	8.733,9	-0,5%	122,2%	
Haveres Internos	2.042.498,9	2.068.531,1	2.155.860,0	4,2%	5,6%	
Disponibilidades Internas	569.034,4	462.067,7	536.713,1	16,2%	-5,7%	
Haveres junto aos Governos Regionais	526.707,8	538.313,0	541.039,3	0,5%	2,7%	
Bônus Renegociados	5.146,9	5.198,7	5.700,9	9,7%	10,8%	
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.315,6	1.665,8	801,2	-51,9%	-39,1%	
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.610,7	12.704,9	12.738,6	0,3%	1,0%	
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-		
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	14.411,2	12.749,9	12.663,3	-0,7%	-12,1%	
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	414.331,9	423.469,2	426.458,8	0,7%	2,9%	
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	71.606,3	75.406,8	76.364,2	1,3%	6,6%	
Antecipação de Royalties	5.251,7	5.089,1	4.247,3	-16,5%	-19,1%	
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.033,5	2.028,4	2.064,8	1,8%	1,5%	
Haveres da Administração Indireta	347.443,2	379.559,3	383.530,8	1,0%	10,4%	
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	190.885,8	194.261,2	196.377,2	1,1%	2,9%	
Fundos Constitucionais Regionais	85.082,0	93.896,3	95.012,1	1,2%	11,7%	
Fundos Diversos	71.475,5	91.401,9	92.141,6	0,8%	28,9%	
Haveres Administrados pela STN	599.313,5	688.591,1	694.576,8	0,9%	15,9%	
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.800,2	5.830,3	5.835,0	0,1%	0,6%	
Haveres de Operações Estruturadas	69.414,6	72.200,4	74.224,8	2,8%	6,9%	
Haveres Originários de Privatizações	9.527,8	0,0	0,0	-	-100,0%	
Haveres de Legislação Específica	489.526,8	585.378,4	589.076,8	0,6%	20,3%	
Demais Haveres Administrados pela STN	25.044,0	25.181,9	25.440,2	1,0%	1,6%	
. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	92.087,5	108.982,0	115.257,4	5,8%	25,2%	
Dívida Externa	92.461,2	109.934,3	116.264,6	5,8%	25,7%	
Dívida Mobiliária	82.410,9	100.237,3	105.773,3	5,5%	28,3%	
Euro	2.692,1	5.666,0	4.373,2	-22,8%	62,4%	
Global US\$	66.317,9	81.287,1	88.002,1	8,3%	32,7%	
Global BRL	13.400,9	13.284,2	13.398,0	0,9%	0,0%	
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	-		
Dívida Contratual	10.050,3	9.697,1	10.491,3	8,2%	4,4%	
Organismos Multilaterais	3.019,6	3.495,8	3.826,9	9,5%	26,7%	
Credores Privados e Ag. Governamentais	7.030,7	6.201,3	6.664,4	7,5%	-5,2%	
Haveres Externos	373,6	952,4	1.007,2	5,8%	169,6%	
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	373,6	952,4	1.007,2	5,8%	169,6%	
B. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	970.929,7	1.220.302,1	1.233.826,2	1,1%	27,1%	
I. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ^{2/}	19,8%	23,7%	23,9%	0,6%	20,7%	

^{1/} Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

^{2/} PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Boletim FPM / FPE / IPI - Exportação



Em fevereiro de 2015 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 2,1% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R\$ 12.987 milhões, ante R\$ 12.722 milhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Em fevereiro, as transferências a título de FPM e FPE atingiram R\$ 13 bilhões , já descontada a parcela do FUNDEB.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Milhões

		2014			2015			Variação Nominal			
Origens	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro	Fev/15 Jan/15	Fev/15 Fev/14	Até Fev/15 Fev/14		
FPM	6.396	6.829	13.225	6.506	6.641	13.147	2,1%	-2,8%	-0,6%		
FPE	6.111	6.526	12.637	6.216	6.346	12.562	2,1%	-2,8%	-0,6%		
IPI - Exp	334	283	617	485	289	774	-40,5%	2,2%	25,6%		

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto X Realizado

MÊS	FI	FPE FPM		IPI-EXP		
MES	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Fevereiro	15,9%	2,1%	15,9%	2,1%	-30,9%	-40,5%

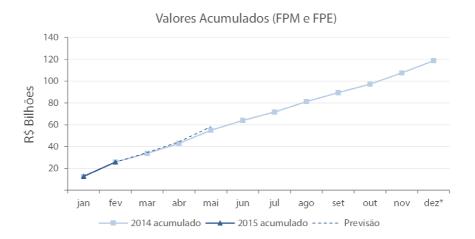
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

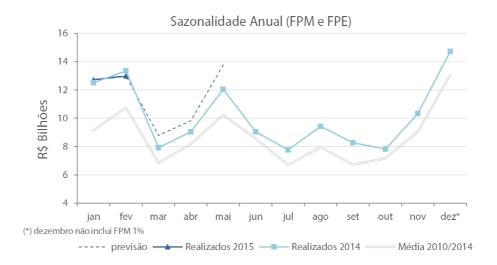
Estimativa Trimestral

FUNDOS	Março	Abril	Maio
FPM	-32,4%	12,0%	40,0%
FPE	-32,4%	12,0%	40,0%
IPI - EXP	-0,1%	16,0%	16,0%



Gráficos





Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2015 a 20/02/2015, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Milhões

Período de	Ar	recadação Líqu	ıida	da Data do		Transferências				
Arrecadação	IPI	IR	IPI + IR	Crédito	FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL		
JAN/3° DEC	2.495,2	22.648,4	25.143,6	FEV/1° DEC	4.324,7	4.525,8	199,6	9.050,2		
FEV/1° DEC	639,2	1.675,5	2.314,7	FEV/2ª DEC	398,1	416,6	51,1	865,9		
FEV/2ª DEC	475,8	8.960,2	9.435,9	FEV/3° DEC	1.623,0	1.698,5	38,1	3.359,5		
TOTAL	3.610,2	33.284,0	36.894,2	TOTAL	6.345,8	6.641,0	288,8	13.275,6		

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta Restituições Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.



Distribuição de Fundos

R\$ Mil

				R\$ N
ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	35.282	217.090	10
Alagoas	AL	158.028	263.992	163
Amazonas	AM	101.735	177.073	2.212
Amapá	AP	25.936	216.519	622
Bahia	BA	618.192	596.264	15.465
Ceará	CE	329.327	465.585	2.750
Distrito Federal	DF	11.218	43.799	427
Espírito Santo	ES	114.970	95.187	15.852
Goiás	GO	243.386	180.418	6.468
Maranhão	MA	275.531	458.053	2.248
Minas Gerais	MG	870.215	282.674	40.244
Mato Grosso do Sul	MS	98.568	84.526	5.361
Mato Grosso	MT	121.089	146.455	4.510
Pará	PA	237.821	387.855	17.628
Paraíba	РВ	214.471	303.894	295
Pernambuco	PE	326.350	437.873	4.166
Piauí	PI	175.999	274.228	64
Paraná	PR	448.436	182.962	22.249
Rio de Janeiro	RJ	195.247	96.945	42.259
Rio Grande do Norte	RN	164.294	265.121	227
Rondônia	RO	56.288	178.672	1.006
Roraima	RR	32.927	157.420	6
Rio Grande do Sul	RS	449.063	149.431	31.023
Santa Catarina	SC	259.016	81.214	15.372
Sergipe	SE	99.014	263.687	94
São Paulo	SP	884.257	63.458	57.763
Tocantins	ТО	94.297	275.408	330
TOTAL		6.640.957	6.345.803	288.813

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Fone: (61) 3412-3051

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br